

INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS-ITR

*Em 31 de março de 2017 e relatório
sobre a revisão de informações
trimestrais*

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo	3
DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo	4
DFs Individuais / Demonstração do Resultado.....	5
DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente	6
DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto.....	7
DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido/DMPL - 01/01/2017 a 31/03/2017	6
DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido/DMPL - 01/01/2016 a 31/03/2016	7
DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado.....	8
DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo.....	9
DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo	10
DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado	11
DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente	12
DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto.....	13
DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido/DMPL - 01/01/2017 a 31/03/2017	14
DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido/DMPL - 01/01/2016 a 31/03/2016	15
DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado.....	16
Notas explicativas	17
1. A companhia e suas operações	17
2. Base de apresentação das informações contábeis intermediárias.....	17
3. “Operação Lava Jato” e seus reflexos na companhia.....	17
4. Base de consolidação.....	18
5. Principais práticas contábeis	18
6. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	19
7. Contas a receber	20
8. Estoques	22
9. Vendas de ativos e outras reestruturações societárias.....	23
10. Investimentos	27
11. Imobilizado	29
12. Intangível	30
13. Atividades de exploração e avaliação de reserva de petróleo e gás.....	31
14. Fornecedores	31
15. Financiamentos	31
16. Arrendamentos mercantis.....	34
17. Partes relacionadas	35
18. Provisões para desmantelamento de áreas.....	39
19. Tributos	39
20. Benefícios concedidos a empregados	42
21. Patrimônio líquido	44
22. Receita de vendas	45
23. Outras despesas líquidas	46
24. Custos e despesas por natureza	46
25. Resultado financeiro líquido	47
26. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa.....	47
27. Informações por segmento	48
28. Processos judiciais e contingências	51
29. Garantias aos contratos de concessão para exploração de petróleo.....	58
30. Gerenciamento de riscos.....	58
31. Valor justo dos ativos e passivos financeiros	63
32. Eventos subsequentes	64
33. Correlação entre as notas explicativas de 31 de dezembro de 2016 e 31 de março de 2017.....	65
Relatório sobre a revisão de informações trimestrais-ITR.....	66

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	676.007.000	682.088.000
1.01	Ativo Circulante	78.181.000	81.264.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.213.000	6.267.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.838.000	2.487.000
1.01.03	Contas a Receber	24.942.000	31.073.000
1.01.04	Estoques	22.843.000	23.500.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.801.000	5.850.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.801.000	5.850.000
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social correntes	886.000	786.000
1.01.06.01.02	Outros tributos a recuperar	4.915.000	5.064.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	14.544.000	12.087.000
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	9.081.000	8.260.000
1.01.08.03	Outros	5.463.000	3.827.000
1.01.08.03.01	Adiantamento a Fornecedores	213.000	361.000
1.01.08.03.02	Outros	5.250.000	3.466.000
1.02	Ativo Não Circulante	597.826.000	600.824.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	42.802.000	46.098.000
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	291.000	286.000
1.02.01.03	Contas a Receber	9.866.000	10.262.000
1.02.01.06	Tributos Diferidos	10.191.000	14.199.000
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	905.000	4.873.000
1.02.01.06.02	Impostos e contribuições	9.286.000	9.326.000
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	22.454.000	21.351.000
1.02.01.09.03	Adiantamento a Fornecedores	556.000	510.000
1.02.01.09.04	Depósitos judiciais	12.743.000	11.735.000
1.02.01.09.05	Outros Realizáveis a Longo Prazo	9.155.000	9.106.000
1.02.02	Investimentos	121.809.000	121.191.000
1.02.03	Imobilizado	424.497.000	424.771.000
1.02.04	Intangível	8.718.000	8.764.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	676.007.000	682.088.000
2.01	Passivo Circulante	108.631.000	113.431.000
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.024.000	6.158.000
2.01.02	Fornecedores	20.091.000	24.384.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	63.907.000	63.149.000
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	62.888.000	62.058.000
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	1.019.000	1.091.000
2.01.05	Outras Obrigações	16.712.000	17.037.000
2.01.05.02	Outros	16.712.000	17.037.000
2.01.05.02.04	Outros Impostos e contribuições	11.319.000	11.219.000
2.01.05.02.05	Outras contas e despesas a pagar	5.393.000	5.818.000
2.01.06	Provisões	2.708.000	2.533.000
2.01.06.02	Outras Provisões	2.708.000	2.533.000
2.01.06.02.04	Plano de Pensão e de Saúde	2.708.000	2.533.000
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	189.000	170.000
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	189.000	170.000
2.02	Passivo Não Circulante	309.556.000	318.427.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	201.080.000	211.396.000
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	196.223.000	206.421.000
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	4.857.000	4.975.000
2.02.04	Provisões	108.476.000	107.031.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	8.563.000	8.391.000
2.02.04.02	Outras Provisões	99.913.000	98.640.000
2.02.04.02.04	Plano de Pensão e de Saúde	66.262.000	64.903.000
2.02.04.02.05	Provisão para Desmantelamento de áreas	32.659.000	32.615.000
2.02.04.02.06	Outras Provisões	992.000	1.122.000
2.03	Patrimônio Líquido	257.820.000	250.230.000
2.03.01	Capital Social Realizado	205.432.000	205.432.000
2.03.02	Reservas de Capital	1.250.000	1.251.000
2.03.04	Reservas de Lucros	77.584.000	77.584.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	4.451.000	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-30.897.000	-34.037.000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2017 à 31/03/2017	01/01/2016 à 31/03/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	54.096.000	55.250.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-35.631.000	-39.518.000
3.03	Resultado Bruto	18.465.000	15.732.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-7.017.000	-10.659.000
3.04.01	Despesas com Vendas	-4.233.000	-3.984.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.578.000	-1.828.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3.863.000	-5.848.000
3.04.05.01	Tributárias	-169.000	-237.000
3.04.05.02	Custo com Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	-337.000	-502.000
3.04.05.03	Custo Exploratório para Extração de Petróleo e Gás	-303.000	-1.134.000
3.04.05.05	Outras Despesas/Receitas Operacionais Líquidas	-3.054.000	-3.975.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.657.000	1.001.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	11.448.000	5.073.000
3.06	Resultado Financeiro	-5.488.000	-6.787.000
3.06.01	Receitas Financeiras	693.000	598.000
3.06.01.01	Receitas Financeiras	693.000	598.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-6.181.000	-7.385.000
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-4.104.000	-4.691.000
3.06.02.02	Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	-2.077.000	-2.694.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	5.960.000	-1.714.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.511.000	468.000
3.08.02	Diferido	-1.511.000	468.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	4.449.000	-1.246.000
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	4.449.000	-1.246.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,34000	-0,10000
3.99.01.02	PN	0,34000	-0,10000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,34000	-0,10000
3.99.02.02	PN	0,34000	-0,10000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2017 à 31/03/2017	01/01/2016 à 31/03/2016
4.1	Lucro Líquido do Período	4.449.000	-1.246.000
4.2	Outros Resultados Abrangentes	3.142.000	9.165.000
4.02.03	Ajustes acumulados de conversão	-2.471.000	-8.026.000
4.2.7	Resultados não realizados com hedge de fluxo de caixa Reconhecidos no PL	5.263.000	19.856.000
4.2.8	Resultados não realizados com hedge de fluxo de caixa transferidos para o resultado	1.964.000	2.639.000
4.2.9	IR e CSLL diferidos s/ Resultados não realizados com hedge de fluxo de caixa	-2.458.000	-7.648.000
4.2.10	Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em Investidas	844.000	2.344.000
4.03	Resultado Abrangente do Período	7.591.000	7.919.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2017 à 31/03/2017	01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	6.485.000	7.546.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	19.912.000	16.858.000
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) do Exercício	4.449.000	-1.246.000
6.01.01.03	Despesa Atuarial com Plano de Pensão e Saúde	1.998.000	1.852.000
6.01.01.04	Resultado de Participações em Investimentos	-2.657.000	-1.001.000
6.01.01.05	Depreciação, Depleção e Amortização	8.264.000	9.539.000
6.01.01.06	Perda na Recuperação de Ativos	51.000	340.000
6.01.01.07	Baixa de Poços Secos	24.000	579.000
6.01.01.08	Resultado com alienações e baixa de ativos	148.000	107.000
6.01.01.09	Var. Cambial Monetária e Enc. sobre Financiamentos	5.533.000	6.572.000
6.01.01.10	Imposto de Renda e Contrib. Soc. Dif. Líquidas	1.511.000	-468.000
6.01.01.12	Perdas em créditos de liquidação duvidosa	2.000	15.000
6.01.01.14	Revisão e atualização financeira de desmantelamento de áreas	589.000	569.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-13.427.000	-9.312.000
6.01.02.01	Contas a Receber	-6.041.000	-311.000
6.01.02.02	Estoques	657.000	-47.000
6.01.02.03	Depósitos judiciais	-1.008.000	-329.000
6.01.02.04	Outros Ativos	-329.000	-1.912.000
6.01.02.05	Fornecedores	-4.261.000	-1.977.000
6.01.02.06	Impostos, Taxas e Contribuições	161.000	-3.098.000
6.01.02.07	Plano de Pensão e Saúde	-465.000	-400.000
6.01.02.08	Outros Passivos	-2.141.000	-1.238.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-5.075.000	-5.544.000
6.02.01	Aquisições de Imobilizados e Intangíveis	-7.038.000	-9.465.000
6.02.02	Adições em Investimentos	-466.000	-497.000
6.02.04	Investimentos em Títulos e Valores Mobiliários	2.168.000	3.819.000
6.02.05	Dividendos Recebidos	261.000	599.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-464.000	-9.176.000
6.03.02	Captações	16.950.000	15.852.000
6.03.03	Amortizações de Principal	-16.093.000	-23.494.000
6.03.04	Amortizações de Juros	-1.321.000	-1.534.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	946.000	-7.174.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	6.267.000	16.553.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	7.213.000	9.379.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido/DMPL - 01/01/2017 a 31/03/2017

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	205.432.000	1.251.000	77.584.000	0	-34.037.000	250.230.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	205.432.000	1.251.000	77.584.000	0	-34.037.000	250.230.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-1.000	0	2.000	-2.000	-1.000
5.04.08	Mudança de participação em controladas	0	-1.000	0	0	0	-1.000
5.04.09	Realização do Custo Atribuído	0	0	0	2.000	-2.000	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.449.000	3.142.000	7.591.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.449.000	0	4.449.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	3.142.000	3.142.000
5.07	Saldos Finais	205.432.000	1.250.000	77.584.000	4.451.000	-30.897.000	257.820.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido/DMPL - 01/01/2016 a 31/03/2016

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	205.432.000	237.000	92.396.000	0	-43.334.000	254.731.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	205.432.000	237.000	92.396.000	0	-43.334.000	254.731.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	16.000	0	3.000	-3.000	16.000
5.04.08	Mudança de participação em controladas	0	16.000	0	0	0	16.000
5.04.09	Realização do custo atribuído	0	0	0	3.000	-3.000	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.246.000	9.165.000	7.919.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.246.000	0	-1.246.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	9.165.000	9.165.000
5.07	Saldos Finais	205.432.000	253.000	92.396.000	-1.243.000	-34.172.000	262.666.000

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2017 à 31/03/2017	01/01/2016 à 31/03/2016
7.01	Receitas	80.887.000	86.058.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	71.013.000	74.091.000
7.01.02	Outras Receitas	1.777.000	1.912.000
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	8.099.000	10.070.000
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.000	-15.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-25.436.000	-32.278.000
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-8.250.000	-12.230.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-12.608.000	-15.220.000
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-51.000	-340.000
7.02.04	Outros	-4.527.000	-4.488.000
7.02.04.01	Créditos Fiscais sobre Insumos adquiridos de terceiros	-4.527.000	-4.488.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	55.451.000	53.780.000
7.04	Retenções	-8.264.000	-9.539.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-8.264.000	-9.539.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	47.187.000	44.241.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.570.000	1.056.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.657.000	1.001.000
7.06.02	Receitas Financeiras	693.000	-167.000
7.06.03	Outros	220.000	222.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	50.757.000	45.297.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	50.757.000	45.297.000
7.08.01	Pessoal	6.275.000	6.202.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.727.000	3.556.000
7.08.01.02	Benefícios	2.227.000	2.329.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	321.000	317.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	20.907.000	17.500.000
7.08.02.01	Federais	14.080.000	9.135.000
7.08.02.02	Estaduais	6.776.000	8.257.000
7.08.02.03	Municipais	51.000	108.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	19.126.000	22.841.000
7.08.03.01	Juros	7.312.000	7.733.000
7.08.03.02	Aluguéis	11.814.000	15.108.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	4.449.000	-1.246.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	4.449.000	-1.246.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	788.046.000	804.945.000
1.01	Ativo Circulante	134.058.000	145.907.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	60.874.000	69.108.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.909.000	2.556.000
1.01.03	Contas a Receber	14.042.000	15.543.000
1.01.04	Estoques	26.172.000	27.622.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	8.167.000	8.153.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	8.167.000	8.153.000
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social correntes	2.123.000	1.961.000
1.01.06.01.02	Outros tributos a recuperar	6.044.000	6.192.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	21.894.000	22.925.000
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	15.732.000	18.669.000
1.01.08.03	Outros	6.162.000	4.256.000
1.01.08.03.01	Adiantamento a Fornecedores	447.000	540.000
1.01.08.03.02	Outros	5.715.000	3.716.000
1.02	Ativo Não Circulante	653.988.000	659.038.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	63.457.000	66.551.000
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	713.000	293.000
1.02.01.03	Contas a Receber	14.511.000	14.832.000
1.02.01.06	Tributos Diferidos	20.120.000	24.274.000
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9.940.000	14.038.000
1.02.01.06.02	Impostos e Contribuições	10.180.000	10.236.000
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	28.113.000	27.152.000
1.02.01.09.03	Adiantamento a Fornecedores	3.658.000	3.742.000
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	14.025.000	13.032.000
1.02.01.09.05	Outros Realizáveis a Longo Prazo	10.430.000	10.378.000
1.02.02	Investimentos	10.699.000	9.948.000
1.02.03	Imobilizado	569.235.000	571.876.000
1.02.04	Intangível	10.597.000	10.663.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	788.046.000	804.945.000
2.01	Passivo Circulante	78.477.000	81.167.000
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.020.000	7.159.000
2.01.02	Fornecedores	14.925.000	18.781.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	237.000	412.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	237.000	412.000
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	237.000	412.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	34.971.000	31.855.000
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	34.904.000	31.796.000
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	67.000	59.000
2.01.05	Outras Obrigações	18.224.000	18.683.000
2.01.05.02	Outros	18.224.000	18.683.000
2.01.05.02.04	Outros Impostos e contribuições	11.860.000	11.826.000
2.01.05.02.05	Outras contas e despesas a pagar	6.364.000	6.857.000
2.01.06	Provisões	2.853.000	2.672.000
2.01.06.02	Outras Provisões	2.853.000	2.672.000
2.01.06.02.04	Plano de Pensão e de Saúde	2.853.000	2.672.000
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	1.247.000	1.605.000
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	1.247.000	1.605.000
2.02	Passivo Não Circulante	449.053.000	471.035.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	329.787.000	353.929.000
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	329.059.000	353.193.000
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	728.000	736.000
2.02.03	Tributos Diferidos	789.000	856.000
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	789.000	856.000
2.02.04	Provisões	118.477.000	116.250.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	11.907.000	11.052.000
2.02.04.02	Outras Provisões	106.570.000	105.198.000
2.02.04.02.04	Plano de Pensão e de Saúde	71.498.000	69.996.000
2.02.04.02.05	Provisão para Desmantelamento de Áreas	33.436.000	33.412.000
2.02.04.02.06	Outras Provisões	1.636.000	1.790.000
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	260.516.000	252.743.000
2.03.01	Capital Social Realizado	205.432.000	205.432.000
2.03.02	Reservas de Capital	1.034.000	1.035.000
2.03.04	Reservas de Lucros	77.800.000	77.800.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	4.451.000	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-30.897.000	-34.037.000
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	2.696.000	2.513.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2017 à 31/03/2017	01/01/2016 à 31/03/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	68.365.000	70.337.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-44.579.000	-49.329.000
3.03	Resultado Bruto	23.786.000	21.008.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-8.904.000	-12.472.000
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.390.000	-3.751.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.307.000	-2.652.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-4.819.000	-6.457.000
3.04.05.01	Tributárias	-291.000	-542.000
3.04.05.02	Custo com Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	-337.000	-503.000
3.04.05.03	Custo Exploratório para Extração de Petróleo e Gás	-296.000	-1.147.000
3.04.05.05	Outras Despesas/Receitas Operacionais Líquidas	-3.895.000	-4.265.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	612.000	388.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	14.882.000	8.536.000
3.06	Resultado Financeiro	-7.755.000	-8.693.000
3.06.01	Receitas Financeiras	933.000	886.000
3.06.01.01	Receitas Financeiras	933.000	886.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-8.688.000	-9.579.000
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-5.945.000	-6.146.000
3.06.02.02	Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	-2.743.000	-3.433.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	7.127.000	-157.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.320.000	-224.000
3.08.01	Corrente	-826.000	-1.637.000
3.08.02	Diferido	-1.494.000	1.413.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	4.807.000	-381.000
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	4.807.000	-381.000
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	4.449.000	-1.246.000
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	358.000	865.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,34000	-0,10000
3.99.01.02	PN	0,34000	-0,10000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,34000	-0,10000
3.99.02.02	PN	0,34000	-0,10000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	4.807.000	-381.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	3.097.000	8.714.000
4.02.03	Ajustes acumulados de conversão	-2.516.000	-8.477.000
4.02.04	Resultados não realizados em títulos disponíveis para a venda reconhecidos no PL	-40.000	0
4.02.07	Resultados não realizados com hedge de fluxo de caixa Reconhecidos no PL	5.461.000	22.013.000
4.02.08	Resultados não realizados com hedge de fluxo de caixa transferidos para o resultado	2.435.000	2.900.000
4.02.09	IR e CSLL diferidos s/ Resultados não realizados com hedge de fluxo de caixa	-2.684.000	-8.470.000
4.02.10	Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em Investidas	441.000	748.000
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	7.904.000	8.333.000
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	7.591.000	7.919.000
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	313.000	414.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	23.225.000	17.307.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	27.465.000	24.454.000
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) do Exercício	4.807.000	-381.000
6.01.01.02	Despesa Atuarial com Plano de Pensão e Saúde	2.177.000	2.005.000
6.01.01.03	Resultado de Participações em Investimentos	-612.000	-388.000
6.01.01.04	Depreciação, Depleção e Amortização	10.766.000	12.649.000
6.01.01.05	Perda na Recuperação de Ativos	-21.000	294.000
6.01.01.06	Baixa de Poços Secos	24.000	579.000
6.01.01.07	Resultado com alienações e baixa de ativos	123.000	102.000
6.01.01.08	Variação Cambial Monetária e Enc. sobre Financiamentos	7.854.000	8.751.000
6.01.01.09	Imposto de Renda e Contrib. Soc. Dif. Líquidos	1.494.000	-1.413.000
6.01.01.10	Perdas em créditos de liquidação duvidosa	-6.000	503.000
6.01.01.11	Ajuste ao valor de mercado dos estoques	71.000	1.176.000
6.01.01.12	Realização de ajustes acumulados de conversão - CTA e outros resultados abrangentes	185.000	0
6.01.01.13	Revisão e Atualização financeira de abandono	603.000	577.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-4.240.000	-7.147.000
6.01.02.01	Contas a Receber	1.513.000	3.584.000
6.01.02.02	Estoques	1.214.000	-1.673.000
6.01.02.03	Depósitos judiciais	-951.000	-383.000
6.01.02.04	Outros Ativos	-454.000	-788.000
6.01.02.05	Fornecedores	-3.290.000	-3.775.000
6.01.02.06	Impostos, Taxas e Contribuições	300.000	-2.220.000
6.01.02.07	Plano de Pensão e Saúde	-491.000	-438.000
6.01.02.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-264.000	-271.000
6.01.02.09	Outros Passivos	-1.817.000	-1.183.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-8.262.000	-14.518.000
6.02.01	Aquisições de Imobilizados e Intangíveis	-10.024.000	-14.673.000
6.02.02	Adições em Investimentos	-34.000	-268.000
6.02.03	Recebimentos pela venda de ativos (Desinvestimentos)	1.873.000	11.000
6.02.04	Investimentos em Títulos e Valores Mobiliários	-278.000	397.000
6.02.05	Dividendos Recebidos	201.000	15.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-21.360.000	-17.359.000
6.03.01	Participação de Acionistas não Controladores	-130.000	146.000
6.03.02	Captações	13.028.000	7.215.000
6.03.03	Amortizações de Principal	-29.006.000	-17.098.000
6.03.04	Amortizações de Juros	-5.252.000	-7.622.000
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-1.837.000	-5.497.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-8.234.000	-20.067.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	69.108.000	97.845.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	60.874.000	77.778.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido/DMPL - 01/01/2017 a 31/03/2017

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	205.432.000	1.035.000	77.800.000	0	-34.037.000	250.230.000	2.513.000	252.743.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	205.432.000	1.035.000	77.800.000	0	-34.037.000	250.230.000	2.513.000	252.743.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-1.000	0	2.000	-2.000	-1.000	-130.000	-131.000
5.04.08	Mudança de participação em controladas	0	-1.000	0	0	0	-1.000	-130.000	-131.000
5.04.09	Realização do Custo Atribuído	0	0	0	2.000	-2.000	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.449.000	3.142.000	7.591.000	313.000	7.904.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.449.000	0	4.449.000	358.000	4.807.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	3.142.000	3.142.000	-45.000	3.097.000
5.07	Saldos Finais	205.432.000	1.034.000	77.800.000	4.451.000	-30.897.000	257.820.000	2.696.000	260.516.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido/DMPL - 01/01/2016 a 31/03/2016

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	205.432.000	21.000	92.612.000	0	-43.334.000	254.731.000	3.199.000	257.930.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	205.432.000	21.000	92.612.000	0	-43.334.000	254.731.000	3.199.000	257.930.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	16.000	0	3.000	-3.000	16.000	104.000	120.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-5.000	-5.000
5.04.08	Mudança de participação em controladas	0	16.000	0	0	0	16.000	109.000	125.000
5.04.09	Realização do Custo Atribuído	0	0	0	3.000	-3.000	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.246.000	9.165.000	7.919.000	414.000	8.333.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.246.000	0	-1.246.000	865.000	-381.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	9.165.000	9.165.000	-451.000	8.714.000
5.07	Saldos Finais	205.432.000	37.000	92.612.000	-1.243.000	-34.172.000	262.666.000	3.717.000	266.383.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2017 à 31/03/2017	Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
7.01	Receitas	97.523.000	105.598.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	86.485.000	89.895.000
7.01.02	Outras Receitas	2.338.000	2.495.000
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	8.694.000	13.711.000
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	6.000	-503.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-31.716.000	-42.179.000
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-12.616.000	-18.161.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-14.119.000	-17.620.000
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	21.000	-294.000
7.02.04	Outros	-5.002.000	-6.104.000
7.02.04.01	Créditos Fiscais sobre Insumos adquiridos de terceiros	-4.931.000	-4.928.000
7.02.04.02	Ajuste Ao Valor De Mercado Dos Estoques	-71.000	-1.176.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	65.807.000	63.419.000
7.04	Retenções	-10.766.000	-12.649.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-10.766.000	-12.649.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	55.041.000	50.770.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.633.000	1.353.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	612.000	388.000
7.06.02	Receitas Financeiras	933.000	886.000
7.06.03	Outros	88.000	79.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	56.674.000	52.123.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	56.674.000	52.123.000
7.08.01	Pessoal	7.753.000	7.609.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.854.000	4.653.000
7.08.01.02	Benefícios	2.535.000	2.599.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	364.000	357.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	27.286.000	25.342.000
7.08.02.01	Federais	15.941.000	12.223.000
7.08.02.02	Estaduais	11.194.000	12.912.000
7.08.02.03	Municipais	151.000	207.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	16.828.000	19.553.000
7.08.03.01	Juros	10.219.000	11.055.000
7.08.03.02	Aluguéis	6.609.000	8.498.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	4.807.000	-381.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	4.449.000	-1.246.000
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	358.000	865.000

1. A companhia e suas operações

A Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, Sociedade de Economia Mista, dedica-se, diretamente ou por meio de suas subsidiárias e controladas, associada ou não a terceiros, (denominadas, em conjunto, “Petrobras” ou a “companhia” ou “Sistema Petrobras”), à pesquisa, a lavra, a refinação, o processamento, o comércio e o transporte de petróleo proveniente de poço, de xisto ou de outras rochas, de seus derivados, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, além das atividades vinculadas à energia, podendo promover a pesquisa, o desenvolvimento, a produção, o transporte, a distribuição e a comercialização de todas as formas de energia, bem como quaisquer outras atividades correlatas ou afins. A sede da companhia está localizada no Rio de Janeiro - RJ.

2. Base de apresentação das informações contábeis intermediárias

As informações contábeis intermediárias consolidadas estão sendo apresentadas de acordo com o IAS 34 – Demonstrações Intermediárias, emitido pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e com as práticas contábeis adotadas no Brasil para demonstrações intermediárias (CPC 21 – R1).

As informações contábeis intermediárias individuais estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para demonstrações intermediárias (CPC 21 – R1) e não apresentam diferenças em relação às consolidadas.

Essas informações contábeis intermediárias são apresentadas com as alterações relevantes ocorridas no período, sem a repetição de determinadas notas explicativas previamente divulgadas, e consideram as informações consolidadas, que no entendimento da administração proporcionam uma visão abrangente da posição patrimonial e financeira da companhia e do desempenho de suas operações, complementadas por algumas informações individuais da controladora. Portanto, tais informações contábeis devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis anuais da companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, que contemplam o conjunto completo de notas explicativas.

O Conselho de Administração da companhia, em reunião realizada em 11 de maio de 2017, autorizou a divulgação destas informações trimestrais.

2.1. Uso de estimativas

Na elaboração das informações contábeis é necessário utilizar estimativas para certos ativos, passivos e outras transações. Essas estimativas incluem: reservas de petróleo e gás natural e seus impactos em outros itens das demonstrações contábeis, premissas e definição das unidades geradoras de caixa para teste de recuperabilidade de ativos, benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego, processos judiciais e contingências, custos com obrigações de desmantelamento de áreas, tributos diferidos sobre o lucro, contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa de exportação e perdas em crédito de liquidação duvidosa. Embora a Administração utilize premissas e julgamentos, revisados periodicamente, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Para maiores informações sobre estimativas relevantes, vide nota explicativa 5 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016.

3. “Operação Lava Jato” e seus reflexos na companhia

A companhia reconheceu, no terceiro trimestre de 2014, uma baixa no montante de R\$ 6.194 (R\$ 4.788 na Controladora) de gastos capitalizados, referente à estimativa de valores que a Petrobras pagou adicionalmente na aquisição de ativos imobilizados em períodos anteriores. Para mais informações sobre a baixa, veja nota explicativa 3 das demonstrações contábeis anuais auditadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Na preparação das demonstrações contábeis do período findo em 31 de março de 2017, a companhia considerou todas as informações disponíveis, não tendo identificado nenhuma informação adicional que impactasse a metodologia de cálculo adotada e conseqüentemente o registro contábil de baixas complementares. A companhia monitorou as investigações da “Operação Lava Jato”, efetuadas pelas autoridades brasileiras e pela investigação interna independente conduzida por escritórios de advocacia. Como resultado, não foram identificadas novas informações que alterassem a baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente que fora reconhecida no terceiro trimestre de 2014, ou impactasse de forma relevante a metodologia adotada pela companhia. A Petrobras continuará monitorando as investigações para obter informações adicionais e avaliar seu potencial impacto sobre os ajustes realizados.

À medida que as investigações da “Operação Lava Jato” resultem em acordos de leniência com os membros do cartel ou acordos de colaboração com indivíduos que concordem em devolver recursos, a Petrobras pode ter direito a receber uma parte de tais recursos. Não obstante, a companhia não pode estimar de forma confiável qualquer valor recuperável adicional neste momento. Esses valores serão reconhecidos no resultado do exercício como outras despesas líquidas quando forem recebidos ou quando sua realização se tornar praticamente certa.

Nesse sentido, a Petrobras já reconheceu, até o exercício findo de 2016, o ressarcimento de gastos referentes à “Operação Lava Jato” no montante acumulado de R\$ 661 (sendo R\$ 432 em 2016 e R\$ 229 em 2015). Não houve recebimentos no decorrer do primeiro trimestre de 2017.

Somos oficialmente reconhecidos como vítima dos crimes apurados na “Operação Lava Jato” pelo Ministério Público Federal e pelo juiz competente para julgar os processos criminais relacionados ao caso. A nossa posição de vítima foi reconhecida também em decisões do Supremo Tribunal Federal. Por esse motivo, ingressamos em 32 ações penais como assistentes de acusação e em outras cinco como parte interessada, bem como renovamos o nosso compromisso de continuar cooperando para a elucidação dos fatos e comunicá-los regularmente aos nossos investidores e ao público em geral.

4. Base de consolidação

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as informações trimestrais da Petrobras e de suas controladas, ativos e passivos de operações em conjunto e entidades estruturadas consolidadas.

A companhia não apresentou alterações significativas no conjunto de empresas consolidadas no período findo em 31 de março de 2017, em relação a 31 de dezembro de 2016.

5. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis e os métodos de cálculo utilizados na preparação dessas informações trimestrais consolidadas são os mesmos adotados na preparação das demonstrações contábeis anuais da companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Ofício CVM - Hedge de fluxo de caixa envolvendo exportações futuras

A partir de maio de 2013, designamos relações de *hedge* de fluxo de caixa, conforme descrito na nota explicativa 33.2 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016 nas quais: (i) os itens protegidos são partes de nossas receitas de exportação mensais futuras altamente prováveis em dólares norte-americanos; (ii) os instrumentos de *hedge* são parte de nossas obrigações de dívida de longo prazo denominadas em dólares americanos, e (iii) o risco coberto é de variação nas mudanças nas taxas de câmbio *spot* entre o dólar dos Estados Unidos e a nossa moeda funcional, o real. A nota explicativa 30.2 apresenta maiores informações sobre a referida prática.

Em março de 2017, a companhia recebeu um Ofício da CVM determinando o refazimento de suas demonstrações contábeis para todos os períodos em que a contabilidade de *hedge* foi adotada para a relação entre suas exportações futuras altamente prováveis e suas dívidas em dólares norte-americanos. A Petrobras reafirma seu entendimento de que utiliza corretamente a prática contábil, e dessa forma recorreu da decisão da CVM e está tomando todas as medidas de salvaguardar seus interesses. Os efeitos do referido Ofício estão suspensos até que o mérito da questão seja avaliado pelo colegiado da Autarquia.

6. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários

Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado	
	31.03.2017	31.12.2016
Caixa e bancos	1.183	1.926
Aplicações financeiras de curto prazo		
- No País		
Fundos de investimentos DI e operações compromissadas	10.510	3.845
Outros fundos de investimentos	164	427
	10.674	4.272
- No exterior		
<i>Time deposits</i>	11.867	10.053
<i>Auto Invest</i> e contas remuneradas	25.862	31.875
Títulos do Tesouro Americano	7.348	17.004
Outras aplicações financeiras	3.940	3.978
	49.017	62.910
Total das aplicações financeiras de curto prazo	59.691	67.182
Total de caixa e equivalentes de caixa	60.874	69.108

Os fundos de investimentos no país têm seus recursos aplicados em títulos públicos federais brasileiros, que possuem prazos de vencimentos de até três meses contados a partir da data de aquisição. As aplicações no exterior são compostas por *time deposits* com prazos de até três meses contados a partir da data de aquisição, por outras aplicações em contas remuneradas com liquidez diária e outros instrumentos de renda fixa de curto prazo, que incluem títulos do tesouro americano.

Títulos e valores mobiliários

	Consolidado	
	31.03.2017	31.12.2016
	País	País
Para negociação	2.909	2.556
Disponíveis para venda	416	1
Mantidos até o vencimento	297	292
Total	3.622	2.849
Circulante	2.909	2.556
Não circulante	713	293

Os títulos para negociação referem-se principalmente a investimentos em títulos públicos federais brasileiros. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e, em sua maioria, são apresentados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo.

Os títulos para disponível para venda referem-se basicamente, ao montante equivalente a 24 milhões de ações ordinárias emitidas pela São Martinho em substituição e na proporção das ações que a Petrobras Biocombustível S.A.(PBIO) detinha na Nova Fronteira, conforme nota explicativa 9.1.

7. Contas a receber

7.1. Contas a receber, líquidas

	Consolidado	
	31.03.2017	31.12.2016
Clientes		
Terceiros	19.883	21.182
Partes relacionadas		
Investidas (nota explicativa 17.7)	1.711	1.809
Recebíveis do setor elétrico (nota explicativa 7.4)	16.203	16.042
Contas petróleo e álcool - créditos junto ao Governo Federal	828	875
Outras	7.494	8.149
Perdas em créditos de liquidação duvidosa - PCLD	(17.566)	(17.682)
Total	28.553	30.375
Circulante	14.042	15.543
Não circulante	14.511	14.832

7.2. Contas a receber vencidos - Terceiros

	Consolidado	
	31.03.2017	31.12.2016
Até 3 meses	882	1.313
De 3 a 6 meses	163	218
De 6 a 12 meses	434	1.339
Acima de 12 meses	9.453	8.637
Total	10.932	11.507

7.3. Movimentação das perdas em créditos de liquidação duvidosa – PCLD

	Consolidado	
	31.03.2017	31.12.2016
Saldo inicial	17.682	14.274
Adições (*)	146	4.532
Baixas	(1)	(28)
Reversões	(152)	(595)
Ajuste Acumulado de Conversão	(109)	(501)
Saldo final	17.566	17.682
Circulante	6.612	6.551
Não circulante	10.954	11.131

(*) Em 2016, as adições são compostas, principalmente por: R\$ 1.242 do setor elétrico e R\$ 2.045 de perdas com adiantamentos a fornecedores, assunção de dívidas e gastos necessários para rescisão dos contratos junto ao estaleiro Ecovix.

7.4. Contas a receber – Setor Elétrico (Sistema Isolado de Energia)

	Consolidado						
	31.12.2016	Faturamen- tos	Recebimen- tos	Transferên- cias ^(*)	Constituição de PCLD, líquida de reversão	Atualização Monetária	31.03.2017
Partes relacionadas (Sistema Eletrobras)							
AME ^(**)	8.065	312	(514)	119	24	223	8.229
Centrais Elétricas do Norte Ceron ^(***)	1.201	-	(15)	-	-	34	1.220
Outros	313	29	(40)	-	3	13	318
Subtotal	9.579	341	(569)	119	27	270	9.768
Terceiros							
Cigás	468	591	(502)	(119)	-	11	449
Celpa ^(****)		73	(153)	-	80	-	-
Outros	15	126	(122)	-	2	-	21
Subtotal	483	790	(777)	(119)	82	11	470
Contas a receber líquido	10.062	1.131	(1.346)	-	109	281	10.237
Contas a receber - Sistema Eletrobras	16.042	341	(569)	119		270	16.203
(-) PCLD	(6.463)				27		(6.436)
Subtotal	9.579	341	(569)	119	27	270	9.768
Contas a receber - Terceiros	1.683	790	(777)	(119)		11	1.588
(-) PCLD	(1.200)				82		(1.118)
Subtotal	483	790	(777)	(119)	82	11	470
Total de contas a receber	17.725	1.131	(1.346)	-	-	281	17.791
(-) PCLD	(7.663)	-	-	-	109	-	(7.554)
Contas a receber líquido	10.062	1.131	(1.346)	-	109	281	10.237

(*) Transferência de recebíveis vencidos da Cigás para AME, conforme previsto no contrato comercial de compra e venda de gás natural (contratos *upstream* e *downstream*) entre Petrobras, Cigás e AME.

(**) Amazonas Distribuidora de Energia

(***) Centrais Elétricas do Norte

(****) Centrais Elétricas do Pará

A companhia fornece óleo combustível e gás natural, entre outros produtos, para usinas de geração termoeletrica (controladas da Eletrobras), concessionárias estaduais e produtores independentes de energia (PIE) que compõem o sistema isolado de energia na região norte do país. Este sistema corresponde ao serviço público de distribuição de energia elétrica que, em sua configuração normal, não está ainda em condições de ter a totalidade de sua demanda de energia elétrica atendida pelo Sistema Interligado Nacional (SIN), por razões técnicas ou econômicas.

Uma parcela significativa dos recursos utilizados para a liquidação financeira dos referidos ativos é oriunda do fundo setorial denominado Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), que tem como uma de suas finalidades principais o reembolso parcial dos custos de aquisição dos combustíveis utilizados para a geração de energia elétrica no sistema isolado de energia. Contudo, diversas alterações ocorridas na legislação, no decorrer do tempo, com destaque para a MP 579/2012 que introduziu ajustes relevantes na origem dos recursos utilizados para subsidiar a geração de energia pelas usinas dos sistemas isolados, impuseram restrições que reduziram os valores ressarcidos pela CCC às usinas termelétricas do sistema isolado, que por sua vez, por deficiência de caixa, passaram a efetuar pagamentos menores do que aqueles devidos à companhia pelo fornecimento de combustíveis para geração de energia elétrica, aumentando a inadimplência das distribuidoras que operavam neste setor.

A fim de regularizar esta situação, a companhia intensificou negociações com as concessionárias estaduais, PIE, empresas privadas e controladas da Eletrobras e em 31 de dezembro de 2014, foram celebrados contratos de confissão de dívida (CCD), no montante de R\$ 8.601, abrangendo débitos vencidos até 30 de novembro de 2014, atualizados pela SELIC, com pagamentos em 120 parcelas mensais e sucessivas a partir de fevereiro de 2015, dos quais R\$ 7.380 possuíam garantia real por penhor de créditos oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

A amortização da dívida estabelecida nos CCDs ocorre em duas etapas, sendo a primeira com amortização de 15% do valor repactuado, nos primeiros 36 meses, e os 85% restantes em 84 parcelas que começam a vencer a partir de janeiro de 2018. Com isso, é esperado a partir de 2018 o aumento das prestações para amortização e redução progressiva do saldo da dívida, visto que as prestações serão superiores às receitas financeiras por atualização do contrato de confissão.

Para mitigar os efeitos do agravamento da inadimplência das empresas do setor, foi publicado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a Resolução Normativa nº 679, de 1º de setembro de 2015, visando dar celeridade na liberação dos recursos para os supridores de combustível, devido à possibilidade de reembolso preliminar de até 75% do valor médio das faturas dos últimos três meses diretamente pela CCC aos agentes credores.

Com a mudança proposta acima, esperava-se um maior equilíbrio financeiro das distribuidoras do sistema isolado, o que de fato não ocorreu, acarretando um aumento da inadimplência. Consequentemente, no exercício de 2016, a companhia constituiu uma provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) no montante de R\$ 1.242 (R\$ 1.876 em 2015), líquido de reversão, para os fornecimentos vencidos ou a vencer, sem garantias reais.

Neste contexto, a Petrobras adotou as seguintes medidas:

- cobrança judicial de recebíveis vencidos da Amazonas Distribuidora de Energia (AME), Eletrobras e Cigás pelo fornecimento de gás natural;
- cobrança judicial de recebíveis vencidos das empresas do Sistema Eletrobras (Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima) referentes ao fornecimento de óleo combustível pela BR Distribuidora;
- suspensão de fornecimento de óleo combustível a prazo, exceto para as situações em que a companhia é obrigada a fornecer em função de decisão judicial; e
- inscrição pela BR Distribuidora de controladas da Eletrobras no cadastro de inadimplentes do setor público federal do Banco Central - BACEN e cadastro de inadimplentes da ANEEL.
- Inscrição pela Petrobras da Amazonas Distribuidora de Energia (AME) no cadastro de inadimplentes da ANEEL.

No período findo em 31 de março de 2017, a companhia reverteu PCLD de R\$ 109 (constituição de R\$ 544 em 31 de março de 2016), principalmente em função do recebimento de valores vencidos da CELPA.

8. Estoques

	Consolidado	
	31.03.2017	31.12.2016
Petróleo	10.438	11.485
Derivados de petróleo	8.254	8.634
Intermediários	2.213	2.281
Gás Natural e GNL ^(*)	305	435
Biocombustíveis	576	686
Fertilizantes	234	85
Total de produtos	22.020	23.606
Materiais, suprimentos e outros	4.190	4.053
Total	26.210	27.659
Circulante	26.172	27.622
Não circulante	38	37

^(*) GNL - Gás Natural Liquefeito

Os estoques consolidados são apresentados deduzidos de provisão, para ajuste ao seu valor realizável líquido, no montante de R\$ 19 (R\$ 92 em 31 de dezembro de 2016), sendo estes ajustes decorrentes, principalmente, de oscilações nas cotações internacionais do petróleo e seus derivados. No período de janeiro a março de 2017, a provisão reconhecida no resultado, como custo dos produtos e serviços vendidos, foi de R\$ 71 (R\$ 1.176 no período de janeiro a março de 2016).

Parcela dos estoques de petróleo e/ou derivados foi dada como garantia dos Termos de Compromisso Financeiro – TCF, assinados com a Petros, no valor de R\$ 6.646 (R\$ 6.449 em 31 de dezembro de 2016), conforme nota explicativa 20.1.

9. Vendas de ativos e outras reestruturações societárias

9.1. Vendas de ativos

Venda dos ativos de distribuição no Chile

Em 22 de julho de 2016, foi assinado com a Southern Cross Group, o contrato de compra e venda (*Sale and Purchase Agreement – SPA*) de 100% da Petrobras Chile Distribución Ltda (PCD), detida através da Petrobras Caribe Ltda.

Em 4 de janeiro de 2017, a operação de venda da Petrobras Chile Distribución (“PCD”) foi concluída, resultando na entrada de caixa de US\$ 470 milhões, dos quais US\$ 90 milhões foram oriundos da distribuição de dividendos líquidos de impostos da PCD, ocorrida em 09 de dezembro de 2016, e os demais US\$ 380 milhões através de pagamento pela Southern Cross, tendo sido apurado um ganho de R\$ 2, reconhecido em outras despesas líquidas, considerando *impairment* de R\$ 266 em 31 de dezembro de 2016.

Adicionalmente, em decorrência desta operação, foi reclassificada para resultado, como outras despesas líquidas, a perda de R\$ 248, oriunda da depreciação cambial do peso chileno frente ao dólar, acumulada desde a aquisição do investimento e anteriormente reconhecida no patrimônio líquido como ajuste acumulado de conversão, conforme nota explicativa 21.2.

Venda de Participação na Nova Transportadora do Sudeste e reestruturações societárias previstas

Em 22 de setembro de 2016, o Conselho de Administração da companhia aprovou a venda de 90% das ações da Nova Transportadora do Sudeste (NTS), após reestruturação societária prevista para que a NTS concentre ativos de transporte do Sudeste (Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo), para a Brookfield Infrastructure Partners (BIP) e suas afiliadas, através de um Fundo de Investimento em Participações (FIP), cujos demais cotistas são British Columbia Investment Management Corporation (BCIMC), CIC Capital Corporation (subsidiária integral da China Investment Corporation - CIC) e GIC Private Limited (GIC).

Dentro do processo de reestruturação societária, foram efetivadas as seguintes alterações societárias:

- (i) Em 21 de outubro de 2016, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da NTS, a proposta de aumento de capital no valor de R\$ 2,31 bilhões, com base em Laudo de Avaliação independente emitido em 14 de outubro de 2016, mediante a subscrição pela Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG) de novas ações a serem integralizadas pelo referido acervo líquido. A aprovação deste aumento de capital foi condicionada à emissão das Autorizações de Operação Provisórias (AOs);
- (ii) Em 21 de outubro de 2016, foi aprovada pela AGE da TAG a redução de capital em valor correspondente ao seu investimento total na NTS, no valor de R\$ 2,6 bilhões, por excesso de capital com a transferência da totalidade das ações da NTS para a Petrobras. A aprovação dessa redução também foi condicionada à emissão das AOs, que ocorreu em 24 de outubro de 2016.

Esta operação contempla a continuidade da capacidade e dos termos atualmente contratados pela Petrobras, através de cinco contratos de transporte de gás na modalidade firme, com obrigação de 100% *ship-or-pay*. Os contratos têm vigência de 20 anos com prazos de encerramento, contados a partir de 2016, e as tarifas são reguladas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e reajustadas pelo IGP-M.

Em 31 de março de 2017, a conclusão da transação estava sujeita à autorização pelos órgãos reguladores competentes. Em decorrência das condições precedentes, os ativos e passivos correspondentes, permaneceram classificados como mantidos para venda.

Em 4 de abril de 2017, após o cumprimento de todas as condições precedentes e ajustes previstos no contrato de compra e venda, a operação foi concluída por US\$ 5,08 bilhões, com o recebimento, nesta mesma data, de US\$ 4,23 bilhões, sendo US\$ 2,59 bilhões referente à venda das ações, sendo US\$ 100 milhões destinados a uma *Escrow Accounting* como garantia para pagamento de gastos com remediações de dutos e US\$ 1,64 bilhão referente a debêntures conversíveis em ações emitidas pela NTS, com vencimento em 10 anos, para substituição de dívida com a Petrobras Global Trading B.V. ("PGT"). O restante referente à venda de ações, no valor de US\$ 850 milhões, será pago no quinto ano, com juros anuais a uma taxa fixa, conforme estabelecido no contrato de compra e venda.

A companhia estimativa um ganho de US\$ 6,7 bilhões, antes dos impostos, como resultado desta operação a ser reconhecido no segundo trimestre de 2017, sujeito aos ajustes finais de preço previstos contratualmente.

Aprovação da venda da Liquigás

Em 17 de novembro de 2016, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a venda da Liquigás Distribuidora S.A. para a Companhia Ultragaz S.A., subsidiária da Ultrapar Participações S.A.. O valor a ser pago será corrigido pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI), entre as datas de assinatura e de fechamento da operação, e ainda estará sujeito a ajustes em razão das variações de capital de giro, da posição da dívida líquida e de estoque pelo valor de mercado da Liquigás entre 31 de dezembro de 2015 e a data de fechamento da transação.

Em janeiro de 2017 a operação foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Ultrapar e da Petrobras, pelo valor de R\$ 2,7 bilhões.

O fechamento da transação ainda está sujeito ao cumprimento de condições precedentes usuais, incluindo a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência (CADE), com isso, os ativos e passivos correspondentes, objetos da transação, foram classificados como mantidos para venda.

Venda da Guarani

Em 28 de dezembro de 2016, a Petrobras Biocombustível S.A. (PBIO) alienou a totalidade de sua participação na Guarani S.A., correspondente a 45,97% de seu capital para Tereos Participations S.A., empresa do grupo francês Tereos.

Em 3 de fevereiro de 2017, a operação de venda foi concluída com o pagamento de US\$ 202,75 milhões pela Tereos Participations S.A.S., após o cumprimento de todas as condições precedentes previstas no contrato. Em 31 de dezembro de 2016 foi registrado *impairment* de R\$ 578.

Adicionalmente, em decorrência desta operação, foi reclassificado para resultado, como outras despesas líquidas, um ganho de R\$ 132, oriundo da apreciação cambial do metical moçambicano frente ao real, acumulada desde a aquisição do investimento e anteriormente reconhecida no patrimônio líquido como ajuste acumulado de conversão, conforme nota explicativa 21.2, compensado pela reclassificação do saldo de R\$ 69 referente a *hedge* de fluxo de caixa.

Venda da PetroquímicaSuape e da Citepe

Em 28 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a assinatura do contrato de compra e venda das ações da Companhia Petroquímica de Pernambuco (PetroquímicaSuape) e da Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco (Citepe) para o Grupo Petrotex S.A. de C.V. e a Dak Americas Exterior, S.L, subsidiárias da Alpek, S.A.B. de C.V. (Alpek) pelo valor de US\$ 385 milhões, que serão pagos na data do fechamento da operação. A Alpek é uma empresa mexicana do Grupo Alfa, S.A.B. de C.V. (Alfa), de capital aberto. Este valor ainda está sujeito a ajustes de capital de giro, dívida líquida e impostos a recuperar.

Em 21 de fevereiro de 2017, a operação foi aprovada pelo Conselho de Administração do Grupo Alfa e em 27 de março de 2017 na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Petrobras. No entanto, a conclusão da transação também está sujeita à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência (CADE) e ao cumprimento de demais condições precedentes usuais e, desta forma, os ativos e passivos correspondentes, vinculados à operação de venda, permaneceram classificados como mantidos para venda em 31 de março de 2017.

Aliança Estratégica entre Petrobras e a Total

Em 21 de dezembro de 2016 a companhia e a empresa Total assinaram um Acordo Geral de Colaboração (*Master Agreement*), em conexão com a Aliança Estratégica estabelecida no Memorando de Entendimentos firmado em 24 de outubro de 2016. Desta forma, certos ativos foram classificados como mantidos para venda na data base de 31 de dezembro de 2016 em função do compartilhamento de gestão em participações conforme apresentado a seguir:

- cessão de direitos de 22,5% da Petrobras para a Total, na área da concessão denominada Iara (campos de Sururu, Berbigão e Oeste de Atapu, que estão sujeitos a acordos de unitização com a área denominada Entorno de Iara, sob regime de cessão onerosa, na qual a Petrobras detém 100% de participação), no Bloco BM-S-11. A companhia permanece como operadora do Bloco;
- cessão de direitos de 35% da Petrobras para a Total, assim como a operação, na área da concessão do campo de Lapa, no Bloco BM-S-9, ficando a Petrobras com 10%; e
- venda de 50% de participação da Petrobras para a Total na Termobahia, incluindo as térmicas Rômulo Almeida e Celso Furtado, localizadas na Bahia. Em 31 de dezembro de 2016, a companhia reconheceu uma perda por impairment de R\$156.

Em 28 de fevereiro de 2017, a Petrobras e a Total assinaram os contratos de compra e venda relacionados aos referidos ativos. A Total pagará à Petrobras o valor de US\$ 1,675 bilhão à vista, pelos ativos e serviços, além de pagamentos contingentes no valor de US\$ 150 milhões, associado ao volume produzido no campo de Lapa. Adicionalmente, será disponibilizado pela Total, uma linha de crédito de longo prazo no valor de US\$ 400 milhões que poderá ser acionada para financiar os investimentos da Petrobras nos campos da área de Iara.

Os contratos acima se somam a outros acordos já firmados em 21 de dezembro de 2016, que são: (i) carta que concede à Petrobras a opção de aquisição de 20% de participação no bloco 2 da área de Perdido Foldbelt, no setor mexicano do Golfo do México, assumindo apenas as obrigações futuras proporcionais à sua participação; (ii) carta de intenção para estudos exploratórios conjuntos nas áreas exploratórias da Margem Equatorial, e na Bacia de Santos; e (iii) acordo de parceria tecnológica nas áreas de petrofísica digital, processamento geológico e sistemas de produção submarinos.

As conclusões das operações estão sujeitas às aprovações dos órgãos reguladores competentes e ao potencial exercício do direito de preferência dos atuais parceiros na área de Iara, além de outras condições precedentes.

Em 31 de março de 2017, os ativos e passivos correspondentes, vinculados à operação de venda, continuam classificados como mantidos para venda.

9.2. Outras reestruturações societárias

Incorporação da Nova Fronteira Bioenergia

Em 15 de dezembro de 2016, a Petrobras através de sua subsidiária Petrobras Biocombustível S.A. (PBIO), celebrou um acordo de incorporação e outras avenças com o grupo São Martinho S.A. (São Martinho). O acordo prevê que a participação de 49% detida pela PBIO na Nova Fronteira Bioenergia S.A. seja incorporada pela São Martinho.

Em 23 de fevereiro de 2017, a operação foi concluída com o recebimento pela PBIO de 24 milhões de novas ações ordinárias emitidas pela São Martinho, representando 6,593% do capital social votante e total desta companhia, em substituição e na proporção das ações que a PBIO detinha na Nova Fronteira. Estas ações não estarão sujeitas a qualquer tipo de restrição (*lock up*) e a sua venda deverá ser realizada de forma organizada pelo prazo de quatro anos.

9.3. Ativos classificados como mantidos para venda

						Consolidado	
						31.03.2017	31.12.2016
	E&P	Distribuição	Abastecimen- to	Gás & Energia	Total	Total	
Ativos classificados como mantidos para venda ^(*)							
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	29	-	29	355	
Contas a receber	-	-	466	-	466	667	
Estoques	-	-	388	-	388	560	
Investimentos	-	-	15	-	15	1.233	
Imobilizado	3.491	3	961	9.382	13.837	14.409	
Outros	-	-	899	98	997	1.445	
Total	3.491	3	2.758	9.480	15.732	18.669	

Passivos associados a ativos classificados como mantidos para venda ^(*)

Fornecedores	31	-	185	38	254	440
Financiamentos	-	-	37	-	37	45
Provisão para desmantelamento de área	189	-	-	-	189	170
Outros	-	-	258	509	767	950
Total	220	-	480	547	1.247	1.605

^(*) Em 31 de março de 2017, os valores referem-se, principalmente, aos ativos e passivos transferidos pela aprovação da venda, da Nova Transportadora do Sudeste, Liquegás, PetroquímicaSuape e Citepe, cessão de direitos das áreas de concessão denominadas Lara e Lapa e Térmicas Rômulo Almeida e Celso Furtado. Em 31 de dezembro de 2016, os ativos e passivos transferidos após aprovação de venda também compreendem Petrobras Chile Distribución Ltda (PCD) e Guarani.

9.4. Medida cautelar do Tribunal de Contas da União (TCU)

Em 15 de março de 2017 o TCU revogou a cautelar que impedia a companhia de iniciar novos projetos de desinvestimentos, autorizando-a a concluir os dois projetos – venda de participação nos campos de Baúna e Tartaruga Verde e de participação no Campo de Saint Malo no Golfo do México norte-americano que se encontravam em andamento e já estavam liberados desde a cautelar de 7 de dezembro de 2016, determinando que a Petrobras passasse a adotar sua sistemática de desinvestimentos revisada para tais projetos da fase em que estão em diante. A companhia, posteriormente, desistiu de prosseguir com os processos de venda de participação nos campos de Baúna e Tartaruga Verde, em função da liminar judicial proferida pela Justiça Federal de Sergipe impedindo a assinatura dos contratos e da venda de participação no Campo de Saint Malo no Golfo do México norte-americano, em razão do processo não ter alcançado os resultados esperados.

Em 30 de março de 2017, a Diretoria Executiva da companhia aprovou a construção de sua nova carteira de desinvestimentos, a ser composta por projetos que, desde o início seguirão os procedimentos da sistemática de desinvestimentos revisada, em cumprimento à decisão do TCU.

10. Investimentos

10.1. Mutação dos investimentos (Controladora)

	Saldo em 31.12.2016	Aportes de capital	Transações de capital	Resultado de participação em investi- mentos (*)	Ajuste acumulado de conversão (CTA)	Outros resultados abrangentes	Dividendos	Saldo em 31.03.2017
Controladas								
PNBV	68.167	-	52	1.716	(1.946)	-	-	67.989
PIB BV	20.076	-	-	(424)	(281)	-	-	19.371
TAG	8.494	-	-	165	-	442	(22)	9.079
BR Distribuidora	7.294	-	-	172	-	-	-	7.466
Transpetro	3.879	-	-	91	(27)	-	-	3.943
PB-LOG	3.348	-	-	167	-	-	-	3.515
PBIO	1.350	-	-	49	(132)	30	-	1.297
Logigás	1.190	-	-	86	-	-	-	1.276
Gaspetro	952	-	-	19	-	-	6	977
Breitener	633	-	-	18	-	-	-	651
Araucária Nitrogenados	194	116	-	(53)	-	-	-	257
Termomacacé Ltda	705	-	-	(636)	-	-	-	69
Outras Controladas	808	-	-	35	6	-	-	849
Operações em conjunto	233	-	-	15	-	-	9	257
Empreendimentos controlados em conjunto	314	110	-	(96)	-	-	-	328
Coligadas								
Setor Petroquímico	3.464	-	-	640	(91)	372	-	4.385
Demais coligadas	71	-	-	10	-	-	-	81
	121.172	226	52	1.974	(2.471)	844	(7)	121.790
Outros investimentos	19							19
Total dos Investimentos	121.191	226	52	1.974	(2.471)	844	(7)	121.809
Resultado de empresas classificadas como mantidas para venda				683				
Resultado de participação em investimentos				2.657				

(*) Inclui lucros não realizados de transações entre empresas.

10.2. Mutação dos investimentos (Consolidado)

	Saldo em 31.12.2016	Aportes de capital	Reorganiza- ções, redução de capital e outros	Resultado de participação em investimentos	Ajuste acumulado de conversão (CTA)	Outros resultados abrangentes	Dividendos	Saldo em 31.03.2017
Empreendimentos controlados em conjunto								
Petrobras Oil & Gas B.V. - PO&G	4.654	-	-	40	(131)	-	(156)	4.407
Distribuidoras Estaduais de Gás Natural	1.076	-	-	59	-	-	(12)	1.123
Compañia Mega S.A. - MEGA	115	-	-	20	-	-	-	135
Setor petroquímico	83	-	-	5	-	-	-	88
Demais empresas	337	130	-	(115)	-	-	-	352
Coligadas								
Setor Petroquímico	3.464	-	-	640	(91)	372	-	4.385
Demais empresas	169	-	(11)	3	(2)	-	-	159
Outros Investimentos	50	-	-	-	-	-	-	50
Total dos Investimentos	9.948	130	(11)	652	(224)	372	(168)	10.699
Resultado de empresas classificadas como mantidas para venda				(40)				
Resultado de participação em investimentos				612				

10.3. Investimentos em empresas com ações negociadas em bolsas

Empresa	Lote de mil ações		Tipo	Cotação em bolsa de valores (R\$ por ação)		Valor de mercado	
	31.03.2017	31.12.2016		31.03.2017	31.12.2016	31.03.2017	31.12.2016
Coligada							
Braskem S.A.	212.427	212.427	ON	29,99	29,99	6.371	6.371
Braskem S.A.	75.762	75.762	PNA	31,75	34,25	2.405	2.595
						8.776	8.966

O valor de mercado para essas ações não reflete, necessariamente, o valor de realização de um lote representativo de ações.

Braskem S.A. - Investimento em coligada com ações negociadas em bolsas de valores

A Braskem é uma companhia de capital aberto, com ações negociadas em bolsas de valores no Brasil e no exterior. Com base nas cotações de mercado no Brasil, em 31 de março de 2017, a participação da Petrobras nas ações ordinárias (47% do total) e nas ações preferenciais (22% do total) da Braskem, foi avaliada em R\$ 8.776. Entretanto, apenas aproximadamente 3% das ações ordinárias dessa investida são de titularidade de não signatários do Acordo de Acionistas e sua negociação é extremamente limitada.

Considerando a relação operacional entre a Petrobras e a Braskem, em 31 de dezembro de 2016, foi realizado teste de recuperabilidade do investimento nessa coligada com base em seu valor em uso, proporcional à participação da companhia no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados da Braskem, representando fluxos futuros de dividendos e outras distribuições da investida. As avaliações de recuperabilidade não indicaram a existência de perdas por *impairment*.

As principais estimativas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa para determinar o valor em uso da Braskem, foram apresentadas na nota explicativa 14, das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016.

11. Imobilizado

11.1. Por tipo de ativos

					Consolidado	Controladora
	Terrenos, edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens	Ativos em construção (*)	Gastos c/exploração e desenvolvimento (campos produtores de petróleo e gás)	Total	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016	23.821	288.539	146.861	170.610	629.831	442.439
Adições	361	3.223	41.337	720	45.641	33.657
Constituição/revisão de estimativa de desmantelamento de áreas	-	-	-	3.113	3.113	2.868
Juros capitalizados	-	-	5.982	-	5.982	4.470
Baixas	(210)	(465)	(4.689)	(153)	(5.517)	(5.210)
Transferências (***)	1.479	16.645	(55.069)	20.570	(16.375)	(5.516)
Depreciação, amortização e depleção	(1.479)	(26.102)	-	(20.422)	(48.003)	(36.742)
Impairment - constituição	(1.036)	(12.652)	(1.510)	(6.357)	(21.555)	(13.709)
Impairment - reversão	-	2.511	-	584	3.095	2.514
Ajuste acumulado de conversão	(180)	(15.128)	(7.210)	(1.818)	(24.336)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	22.756	256.571	125.702	166.847	571.876	424.771
Custo	32.589	415.663	125.702	262.886	836.840	624.946
Depreciação, amortização e depleção acumulada	(9.833)	(159.092)	-	(96.039)	(264.964)	(200.175)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	22.756	256.571	125.702	166.847	571.876	424.771
Adições	1	302	8.970	22	9.295	6.903
Constituição/revisão de estimativa de desmantelamento de áreas	-	-	-	44	44	44
Juros capitalizados	-	-	1.529	-	1.529	1.128
Baixas	(3)	(9)	(172)	(4)	(188)	(154)
Transferências (***)	227	5.840	(9.076)	3.541	532	29
Depreciação, amortização e depleção	(333)	(5.418)	-	(4.770)	(10.521)	(8.173)
Impairment - constituição	-	-	(51)	-	(51)	(51)
Ajuste acumulado de conversão	(21)	(2.042)	(1.018)	(200)	(3.281)	-
Saldo em 31 de março de 2017	22.627	255.244	125.884	165.480	569.235	424.497
Custo	32.773	418.278	125.884	266.068	843.003	632.795
Depreciação, amortização e depleção acumulada	(10.146)	(163.034)	-	(100.588)	(273.768)	(208.298)
Saldo em 31 de março de 2017	22.627	255.244	125.884	165.480	569.235	424.497
	40					
	(25 a 50)	20		Método da		
	(exceto	(3 a 31)		unidade		
Tempo de vida útil médio ponderado em anos	terrenos)	(**)		produzida		

(*) Os saldos por área de negócio são apresentados na nota explicativa 27.

(**) Contempla ativos de exploração e produção depreciados pelo método das unidades produzidas.

(***) Em 2017, inclui montantes transferidos do intangível. Em 2016, inclui, adicionalmente, transferência para ativos classificados como mantidos para venda.

Em 31 de março de 2017, o imobilizado do Consolidado e da Controladora inclui bens decorrentes de contratos de arrendamento que transferem os benefícios, riscos e controles no montante de R\$ 403 e de R\$ 5.929, respectivamente (R\$ 407 e de R\$ 6.004 em 31 de dezembro de 2016).

11.2. Direito de exploração de petróleo - Cessão Onerosa

A Petrobras e a União assinaram, em 2010, o Contrato de Cessão Onerosa, pelo qual a União cedeu à Petrobras o direito de exercer as atividades de pesquisa e lavra de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos localizados na área do pré-sal, com produção limitada ao volume máximo de 5 bilhões de barris equivalentes de petróleo, em até 40 anos, renováveis por mais cinco anos, sob determinadas condições. Em contrapartida, a Petrobras pagou à União o montante de R\$ 74.808, que em 31 de março de 2017, encontra-se registrado no Ativo Imobilizado da companhia.

A Petrobras já declarou comercialidade em campos de todos os seis blocos previstos no Contrato: Franco (Búzios), Florim (Itapu), Nordeste de Tupi (Sépia), Entorno de Iara (Norte de Berbigão, Sul de Berbigão, Norte de Sururu, Sul de Sururu, Atapu), Sul de Guarã (Sul de Sapinhoá) e Sul de Tupi (Sul de Lula).

O Contrato estabelece que, imediatamente após a declaração de comercialidade de cada área, são iniciados os procedimentos de revisão do Contrato, os quais devem estar baseados em laudos técnicos de certificadores independentes, contratados pela Petrobras e pela ANP. A conclusão da revisão somente ocorre após o fim da revisão de todas as áreas.

Caso a revisão conclua que os direitos adquiridos alcancem um valor maior do que o inicialmente pago, a companhia poderá pagar a diferença à União ou reduzir proporcionalmente o volume total de barris adquiridos nos termos do Contrato. Se a revisão concluir que os direitos adquiridos resultam em um valor menor do que o inicialmente pago pela companhia, a União reembolsará a diferença, em moeda corrente, títulos ou outro meio de pagamento, sujeito às leis orçamentárias.

Para a referida revisão, estão sendo considerados os custos realizados na fase de exploração e as previsões de custo e de produção estimadas para o desenvolvimento. Como previsto no Contrato, para a conclusão do processo de revisão, poderão ser revistos: (i) Valor do Contrato; (ii) Volume Máximo de barris a serem produzidos; (iii) Prazo de Vigência; e (iv) Percentuais mínimos de Conteúdo Local.

Até o momento, não há definições sobre o resultado da revisão e sobre formas de ressarcimento. Somente após a finalização de ambos os trabalhos de certificação e emissão dos respectivos laudos, é que a Petrobras e os representantes do Governo Federal iniciarão as negociações relativas ao valor do contrato e à forma de pagamento.

Em relação à negociação a ser realizada entre Petrobras e Governo Federal, o Conselho de Administração, em 21 de outubro de 2016, aprovou a criação de Comitê de Acionistas Minoritários, composto por dois conselheiros eleitos pelos acionistas minoritários e por um membro externo independente com notório saber na área de análise técnico-financeira de projetos de investimento, para acompanhar o processo de revisão do Contrato e emitir opinião que respalde decisões do Conselho de Administração a respeito desse tema.

12. Intangível

12.1. Por tipo de ativos

					Consolidado	Controladora
	Direitos e Concessões	Adquiridos	Desenvolvidos internamente	Ágio (goodwill)	Total	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016	9.516	308	1.131	1.117	12.072	9.133
Adições	39	53	204	-	296	208
Juros capitalizados	-	-	14	-	14	14
Baixas	(523)	-	(4)	-	(527)	(177)
Transferências	(44)	(15)	(1)	(332)	(392)	(7)
Amortização	(78)	(120)	(342)	-	(540)	(407)
Impairment - constituição	(7)	-	-	-	(7)	-
Ajuste acumulado de conversão	(178)	(4)	(4)	(67)	(253)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	8.725	222	998	718	10.663	8.764
Custo	9.367	1.587	3.941	718	15.613	12.459
Amortização acumulada	(642)	(1.365)	(2.943)	-	(4.950)	(3.695)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	8.725	222	998	718	10.663	8.764
Adições	7	11	47	-	65	49
Juros capitalizados	-	-	3	-	3	3
Baixas	(7)	-	-	-	(7)	(7)
Transferências	(3)	-	-	-	(3)	-
Amortização	(16)	(23)	(79)	-	(118)	(91)
Ajuste acumulado de conversão	(2)	-	-	(4)	(6)	-
Saldo em 31 de março de 2017	8.704	210	969	714	10.597	8.718
Custo	9.359	1.593	3.983	714	15.649	12.500
Amortização acumulada	(655)	(1.383)	(3.014)	-	(5.052)	(3.782)
Saldo em 31 de março de 2017	8.704	210	969	714	10.597	8.718
Tempo de vida útil estimado em anos	(*)	5	5	Indefinida		

(*) O saldo é composto, preponderantemente, por ativos com vida útil indefinida. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se continua justificável.

13. Atividades de exploração e avaliação de reserva de petróleo e gás

As atividades de exploração e avaliação abrangem a busca por reservas de petróleo e gás natural desde a obtenção dos direitos legais para explorar uma área específica até a declaração da viabilidade técnica e comercial das reservas.

As movimentações dos custos capitalizados relativos aos poços exploratórios e os saldos dos valores pagos pela obtenção dos direitos e concessões para exploração de petróleo e gás natural, ambos diretamente relacionados a atividades exploratórias em reservas não provadas, são apresentados na tabela a seguir:

Custos exploratórios reconhecidos no Ativo ^(*)	Consolidado	
	31.03.2017	31.12.2016
Imobilizado		
Saldo inicial	16.728	20.310
Adições	634	3.543
Baixas	(1)	(3.603)
Transferências	(145)	(3.304)
Ajustes acumulados de conversão	(27)	(218)
Saldo final	17.189	16.728
Intangível	7.272	7.288
Total dos custos exploratórios reconhecidos no ativo	24.461	24.016

^(*) Líquido de valores capitalizados e subsequentemente baixados como despesas no mesmo período.

Os custos exploratórios reconhecidos no resultado e os fluxos de caixa vinculados às atividades de avaliação e exploração de petróleo e gás natural estão demonstrados a seguir:

Custos exploratórios reconhecidos no resultado	Consolidado	
	Jan-Mar/2017	Jan-Mar/2016
Despesas com geologia e geofísica	266	314
Projetos sem viabilidade econômica (inclui poços secos e bônus de assinatura)	24	579
Outras despesas exploratórias	6	254
Total das despesas	296	1.147
Caixa utilizado nas atividades		
Operacionais	272	568
Investimentos	650	1.143
Total	922	1.711

14. Fornecedores

	Consolidado	
	31.03.2017	31.12.2016
Terceiros no país	9.176	10.690
Terceiros no exterior	4.598	6.580
Partes relacionadas	1.151	1.511
Saldo total no Passivo Circulante	14.925	18.781

15. Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos se destinam ao desenvolvimento de projetos de produção de petróleo e gás natural, à construção de navios e de dutos, bem como à construção e ampliação de unidades industriais, dentre outros usos diversos.

A companhia possui obrigações relacionadas aos contratos de dívida (*covenants*), atendidas em 31 de março de 2017, dentre elas a de apresentação das demonstrações contábeis no prazo de 90 dias para os períodos intermediários, sem revisão dos auditores independentes, e de 120 dias para o encerramento do exercício, com prazos de cura que ampliam esses períodos em 30 e 60 dias, dependendo do contrato, além de possuir cláusulas relacionadas ao nível de endividamento em determinados contratos de dívida com o BNDES.

As movimentações dos saldos de longo prazo dos financiamentos são apresentadas a seguir:

	Consolidado				Total
	Agência de Crédito à Exportação	Mercado Bancário	Mercado de Capitais	Outros	
Não Circulante					
No País					
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2016	-	96.436	6.734	68	103.238
Ajuste acumulado de conversão	-	(342)	-	-	(342)
Adições de Financiamentos	-	1.543	-	-	1.543
Juros incorridos no período	-	1.045	1	-	1.046
Variações monetárias e cambiais	-	(5.277)	194	5	(5.078)
Transferência de longo prazo para curto prazo	-	(24.394)	(471)	(8)	(24.873)
Transferência para passivos associados a ativos mantidos para venda	-	(21)	-	-	(21)
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	-	68.990	6.458	65	75.513
No Exterior					
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2016	18.138	120.919	190.628	2.390	332.075
Ajuste acumulado de conversão	(2.210)	(17.565)	(30.304)	(303)	(50.382)
Adições de Financiamentos	-	24.956	33.450	-	58.406
Juros incorridos no período	13	60	178	30	281
Variações monetárias e cambiais	(617)	(4.117)	(1.931)	(80)	(6.745)
Transferência de longo prazo para curto prazo	(3.373)	(14.472)	(36.659)	(390)	(54.894)
Transferência para passivos associados a ativos mantidos para venda	-	-	(1.061)	-	(1.061)
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	11.951	109.781	154.301	1.647	277.680
Saldo total em 31 de dezembro de 2016	11.951	178.771	160.759	1.712	353.193

Não Circulante

No País

Saldo inicial em 1º de janeiro de 2017	-	68.990	6.458	65	75.513
Ajuste acumulado de conversão	-	(67)	-	-	(67)
Adições de Financiamentos	-	177	-	-	177
Juros incorridos no período	-	264	-	-	264
Variações monetárias e cambiais	-	(93)	31	1	(61)
Transferência de longo prazo para curto prazo	-	(4.173)	(147)	(2)	(4.322)
Saldo final em 31 de março de 2017	-	65.098	6.342	64	71.504

Saldo inicial em 1º de janeiro de 2017	11.951	109.781	154.301	1.647	277.680
Ajuste acumulado de conversão	(276)	(2.360)	(4.304)	(43)	(6.983)
Adições de Financiamentos (*)	-	-	12.747	-	12.747
Juros incorridos no período	3	18	833	7	861
Variações monetárias e cambiais	(80)	(709)	401	(4)	(392)
Transferência de longo prazo para curto prazo	(863)	(1.330)	(24.117)	(48)	(26.358)
Saldo final em 31 de março de 2017	10.735	105.400	139.861	1.559	257.555
Saldo total em 31 de março de 2017	10.735	170.498	146.203	1.623	329.059

(*) Inclui basicamente captação no mercado de capitais internacional (Global Notes), no valor de US\$ 4 bilhões, pela Petrobras Global Finance B. V. (PGF), controlada indireta da Petrobras.

	Consolidado	
	31.03.2017	31.12.2016
Circulante		
Endividamento de Curto Prazo	1.041	1.167
Parcela Circulante de Endividamento de Longo Prazo	28.039	25.352
Juros Provisionados	5.824	5.277
Total	34.904	31.796

15.1. Informações resumidas sobre os financiamentos (passivo circulante e não circulante)

Vencimento em							Consolidado	
	2017	2018	2019	2020	2021	2022 anos em diante	Total ^(*)	Valor justo
Financiamentos em Reais (R\$):	8.123	8.369	14.262	19.661	10.932	17.322	78.669	70.498
Indexados a taxas flutuantes	6.629	6.501	12.765	18.225	9.510	12.145	65.775	
Indexados a taxas fixas	1.494	1.868	1.497	1.436	1.422	5.177	12.894	
Taxa média dos Financiamentos	10,5%	8,2%	7,8%	6,7%	6,1%	5,2%	7,6%	
Financiamentos em Dólares (US\$):	16.576	23.183	40.248	23.222	45.918	107.141	256.288	277.915
Indexados a taxas flutuantes	13.997	20.001	35.441	17.822	7.841	39.126	134.228	
Indexados a taxas fixas	2.579	3.182	4.807	5.400	38.077	68.015	122.060	
Taxa média dos Financiamentos	4,8%	5,4%	5,4%	5,8%	5,4%	6,6%	6,0%	
Financiamentos em R\$ indexados ao US\$:	317	366	357	357	357	984	2.738	2.784
Indexados a taxas flutuantes	56	70	61	61	61	51	360	
Indexados a taxas fixas	261	296	296	296	296	933	2.378	
Taxa média dos Financiamentos	5,9%	5,5%	5,5%	5,6%	5,8%	6,7%	5,9%	
Financiamentos em Libras (£):	99	32	-	-	-	6.804	6.935	6.916
Indexados a taxas fixas	99	32	-	-	-	6.804	6.935	
Taxa média dos Financiamentos	6,2%	6,2%	-	-	-	6,3%	6,2%	
Financiamentos em Ienes (¥):	296	292	-	-	-	-	588	642
Indexados a taxas flutuantes	296	292	-	-	-	-	588	
Taxa média dos Financiamentos	0,5%	0,5%	-	-	-	-	0,5%	
Financiamentos em Euro (€):	141	3.886	2.296	664	2.528	9.208	18.723	19.727
Indexados a taxas flutuantes	-	-	-	513	-	-	513	
Indexados a taxas fixas	141	3.886	2.296	151	2.528	9.208	18.210	
Taxa média dos Financiamentos	4,0%	4,2%	4,3%	4,5%	4,6%	4,7%	4,4%	
Financiamentos Outras Moedas:	22	-	-	-	-	-	22	22
Indexados a taxas fixas	22	-	-	-	-	-	22	
Taxa média dos Financiamentos	14,0%	-	-	-	-	-	14,0%	
Total em 31 de março de 2017	25.574	36.128	57.163	43.904	59.735	141.459	363.963	378.504
Taxa média dos financiamentos	6,0%	5,9%	5,9%	6,0%	5,5%	6,4%	6,2%	
Total em 31 de dezembro de 2016	31.796	36.557	68.112	53.165	61.198	134.161	384.989	387.077
Taxa média dos financiamentos	6,1%	6,0%	5,9%	5,9%	5,4%	6,4%	6,2%	

^(*) Em 31 de março de 2017, o prazo médio de vencimento dos financiamentos é de 7,61 anos (7,46 anos em 31 de dezembro de 2016).

Em 31 de março de 2017, os valores justos dos financiamentos são principalmente determinados pela utilização de:

- Nível 1 - preços cotados em mercados ativos, quando aplicável, no valor de R\$ 150.151 (R\$ 151.582 em 31 de dezembro de 2016); e
- Nível 2 - método de fluxo de caixa descontado pelas taxas spots interpoladas dos indexadores (ou *proxies*) dos respectivos financiamentos, observadas às moedas atreladas, e pelo risco de crédito da Petrobras, no valor de R\$ 228.353 (R\$ 235.495 em 31 de dezembro de 2016).

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial é apresentada na nota explicativa 30.2.

15.2. Taxa média ponderada da capitalização de juros

A taxa média ponderada dos encargos financeiros utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos sem destinação específica a ser capitalizado como parte integrante dos ativos em construção foi de 6,21 % a.a. no período de janeiro a março 2017 (5,26 % a.a. no período de janeiro a março 2016).

15.3. Linhas de Crédito

Empresa	Instituição financeira	Data da abertura	Prazo	Valor		
				Contratado	Utilizado	Saldo
No exterior (Valores em US\$ milhões)						
Petrobras	JBIC	16/07/2013	31/12/2018	1.500	-	1.500
PGT BV	CHINA EXIM	24/10/2016	Indefinido	1.000	-	1.000
PGT BV	SACE	22/12/2016	22/12/2017	300	-	300
Total				2.800	-	2.800
No país						
Petrobras	FINEP	16/04/2014	26/12/2017	255	240	15
PNBV	BNDES	03/09/2013	26/03/2018	9.878	2.295	7.583
Transpetro	BNDES	31/01/2007	Indefinido	2.246	711	1.535
Transpetro	Banco do Brasil	09/07/2010	10/04/2038	159	74	85
Transpetro	Caixa Econômica Federal	23/11/2010	Indefinido	329	-	329
Total				12.867	3.320	9.547

15.4. Garantias

As instituições financeiras normalmente não requerem garantias para empréstimos e financiamentos concedidos à Controladora. Entretanto, existem financiamentos concedidos por instrumentos específicos de fomento, que contam com garantias reais. Adicionalmente, os contratos de financiamento obtidos junto ao China Development Bank (CDB) também possuem garantias reais, conforme nota explicativa 17.5.

Os empréstimos obtidos por entidades estruturadas estão garantidas pelos próprios projetos, bem como por penhor de direitos creditórios.

Os financiamentos junto ao mercado de capitais, que correspondem a títulos emitidos pela companhia, não possuem garantias reais.

16. Arrendamentos mercantis

16.1. Recebimentos / pagamentos mínimos de arrendamento mercantil financeiro

Compromissos estimados	Consolidado					
	Recebimentos			Pagamentos		
	Valor futuro	Juros anuais	Valor presente	Valor futuro	Juros anuais	Valor presente
2017	520	(293)	227	113	(63)	50
2018 - 2021	2.512	(1.338)	1.174	562	(289)	273
2022 - em diante	4.356	(1.122)	3.234	1.376	(904)	472
Em 31 de março de 2017	7.388	(2.753)	4.635	2.051	(1.256)	795
Circulante			288			67
Não circulante			4.347			728
Em 31 de março de 2017			4.635			795
Circulante			297			59
Não circulante			4.506			736
Em 31 de dezembro de 2016			4.803			795

16.2. Pagamentos mínimos de arrendamento mercantil operacional

Os arrendamentos mercantis operacionais incluem, principalmente, unidades de produção de petróleo e gás natural, sondas de perfuração e outros equipamentos de exploração e produção, navios, embarcações de apoio, helicópteros, terrenos e edificações.

	Consolidado
2017	25.875
2018	26.197
2019	23.398
2020	22.717
2021	21.947
2022 em diante	171.471
Em 31 de março de 2017	291.605
<hr/>	
Em 31 de dezembro de 2016	315.865

Em 31 de março de 2017, os saldos de contratos de arrendamento mercantil operacional que ainda não tinham sido iniciados em função dos ativos relacionados estarem em construção ou não terem sido disponibilizados para uso, representam o montante de R\$ 158.456 no Consolidado (R\$ 161.884 em 31 de dezembro de 2016).

No período de janeiro a março de 2017, a companhia reconheceu gastos com arrendamento mercantil operacional no montante de R\$ 8.436 (R\$ 8.074 no período de janeiro a março de 2016).

17. Partes relacionadas

A companhia possui política de Transações com Partes Relacionadas que se aplica também às demais Sociedades do Sistema Petrobras, observados seus trâmites societários, conforme disposto no Estatuto Social da Petrobras.

Esta política estabelece os princípios que orientam a Petrobras e sua força de trabalho na celebração de Transações com Partes Relacionadas e em situações em que haja potencial conflito de interesses nestas operações, de forma a assegurar os interesses da companhia, alinhado à transparência nos processos e às melhores práticas de Governança Corporativa, tais como: (i) Transações com Partes Relacionadas devem ser celebradas em condições estritamente comutativas, prezando pela transparência, pela equidade e pelos interesses da companhia; (ii) ser divulgadas e refletidas nos relatórios da companhia, de forma correta e completa, em total observância à legislação vigente; e (iii) análise prévia pelo Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) para transações celebradas com coligadas, com a União e com sociedades controladas por pessoal chave da administração e familiares, com reporte mensal destas análises ao Conselho de Administração, para as transações que atendam aos critérios de materialidade estabelecidos na Instrução CVM 480/09.

As transações com partes relacionadas envolvendo a União, suas autarquias e fundações, que estejam na alçada de aprovação do Conselho de Administração, deverão ser precedidas de avaliação pelo Comitê de Minoritários e deverá ser aprovada por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros eleitos do Conselho de Administração.

A política também visa a garantir a adequada e diligente tomada de decisões por parte da administração da companhia.

17.1. Transações comerciais por operação com empresas do sistema (controladora)

	31.03.2017			31.12.2016		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativo						
Contas a receber						
Contas a receber, principalmente por vendas	7.132	-	7.132	10.031	-	10.031
Dividendos a receber	2.891	-	2.891	3.045	-	3.045
Operações de mútuo	-	215	215	-	225	225
Adiantamento para aumento de capital	-	3.749	3.749	-	3.882	3.882
Valores vinculados à construção de gasoduto	-	1.052	1.052	-	1.126	1.126
Arrendamentos mercantis financeiros	99	911	1.010	98	914	1.012
Outras operações	481	430	911	558	425	983
Ativos mantidos para venda	178	-	178	702	-	702
Total	10.781	6.357	17.138	14.434	6.572	21.006
Passivo						
Arrendamentos mercantis financeiros	(1.010)	(4.334)	(5.344)	(1.096)	(4.452)	(5.548)
Operações de mútuo	-	(28.403)	(28.403)	-	(28.903)	(28.903)
Pré pagamento de exportação	(34.696)	(95.933)	(130.629)	(28.115)	(101.011)	(129.126)
Fornecedores	(10.135)	-	(10.135)	(12.116)	-	(12.116)
Compras de petróleo, derivados e outras	(5.986)	-	(5.986)	(6.373)	-	(6.373)
Afretamento de plataformas	(3.753)	-	(3.753)	(5.282)	-	(5.282)
Adiantamento de clientes	(396)	-	(396)	(461)	-	(461)
Total	(45.841)	(128.670)	(174.511)	(41.327)	(134.366)	(175.693)
Resultado						
				Jan-Mar/2017	Jan-Mar/2016	
Receitas, principalmente de vendas				32.222	30.869	
Variações monetárias e cambiais líquidas				(1.938)	(1.940)	
Receitas (despesas) financeiras líquidas				(2.747)	(2.884)	
Total				27.537	26.045	

17.2. Transações comerciais com Empresas do Sistema (controladora)

	Resultado		31.03.2017		31.12.2016		31.03.2017		31.12.2016	
	Jan-Mar/2017	Jan-Mar/2016	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Ativo Total	Ativo Total	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Total	Passivo Total
Controladas ⁽¹⁾										
BR	16.584	19.922	1.982	-	1.982	2.259	(188)	-	(188)	(211)
PIB BV	4.520	(96)	2.067	112	2.179	4.395	(35.522)	(124.336)	(159.858)	(158.760)
Gaspetro	1.541	1.899	804	97	901	849	(328)	-	(328)	(291)
PNBV	599	1.001	1.653	28	1.681	1.880	(4.257)	-	(4.257)	(5.891)
Transpetro	244	219	571	199	770	1.169	(1.087)	-	(1.087)	(1.093)
Logigás	(11)	(66)	249	1.052	1.301	1.368	(110)	-	(110)	(205)
Termoelétricas	(45)	(71)	21	211	232	322	(165)	(912)	(1.077)	(1.103)
Fundo de Investimento										
Imobiliário	(53)	(88)	66	-	66	66	(249)	(1.514)	(1.763)	(1.723)
TAG	67	15	1.498	4.606	6.104	5.942	(2.016)	-	(2.016)	(1.938)
Outras Controladas	375	848	1.535	48	1.583	2.272	(1.267)	-	(1.267)	(1.634)
Total Controladas	23.821	23.583	10.446	6.353	16.799	20.522	(45.189)	(126.762)	(171.951)	(172.849)
Entidades estruturadas										
PDET Off Shore	(24)	(28)	-	-	-	-	(254)	(369)	(623)	(888)
CDMPI	(46)	(52)	-	-	-	-	(383)	(1.539)	(1.922)	(1.876)
Total entidades estruturadas	(70)	(80)	-	-	-	-	(637)	(1.908)	(2.545)	(2.764)
Coligadas										
Empresas do Setor										
Petroquímico	3.786	2.538	266	-	266	412	(4)	-	(4)	(72)
Outras Coligadas	-	4	69	4	73	72	(11)	-	(11)	(8)
Total coligadas	3.786	2.542	335	4	339	484	(15)	-	(15)	(80)
Total	27.537	26.045	10.781	6.357	17.138	21.006	(45.841)	(128.670)	(174.511)	(175.693)

⁽¹⁾ Inclui suas controladas e negócios em conjunto.

17.3. Taxas anuais de operações de mútuo

	Controladora			
	Ativo		Passivo	
	31.03.2017	31.12.2016	31.03.2017	31.12.2016
De 5,01% a 7%	75	77	(28.403)	(28.903)
De 7,01% a 9%	95	100	-	-
Acima de 9,01%	45	48	-	-
Total	215	225	(28.403)	(28.903)

17.4. Fundo de investimento em direitos creditórios

A controladora mantém recursos investidos no FIDC-NP que são destinados, preponderantemente, à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por controladas do Sistema Petrobras. Os valores investidos estão registrados em contas a receber.

As cessões de direitos creditórios, performados e não performados, estão registradas como financiamentos no passivo circulante.

	Controladora	
	31.03.2017	31.12.2016
Contas a receber, líquidas	9.193	11.301
Cessões de direitos creditórios	(16.611)	(23.121)

	Jan-Mar/2017	Jan-Mar/2016
	Receita Financeira FIDC-NP	337
Despesa Financeira FIDC-NP	(642)	(613)
Resultado financeiro	(305)	(356)

17.5. Garantias

A Petrobras tem como procedimento conceder garantias às subsidiárias e controladas para algumas operações financeiras realizadas no Brasil e no exterior.

As garantias oferecidas pela Petrobras, principalmente fidejussórias, são efetuadas com base em cláusulas contratuais que suportam as operações financeiras entre as subsidiárias/controladas e terceiros, garantindo assunção do cumprimento de obrigação de terceiro, caso o devedor original não o faça.

As operações financeiras realizadas por estas subsidiárias e garantidas pela Petrobras apresentam os seguintes saldos a liquidar:

Data de Vencimento das Operações						31.03.2017	31.12.2016
	PGF ^(*)	PGT ^(**)	PNBV	TAG	Outros	Total	Total
2017	-	-	2.864	-	14	2.878	6.374
2018	6.381	7.921	4.571	-	1.066	19.939	20.935
2019	7.741	18.694	7.351	-	649	34.435	45.463
2020	6.634	16.888	1.499	-	7.179	32.200	41.270
2021	40.563	-	634	-	5.500	46.697	47.950
2022	8.371	-	-	4.495	2.142	15.008	9.008
2023 em diante	77.723	32.602	7.881	-	1.486	119.692	116.870
Total	147.413	76.105	24.800	4.495	18.036	270.849	287.870

(*) Petrobras Global Finance B.V., controlada da PIB BV.

(**) Petrobras Global Trading B.V., controlada da PIB BV.

A PGT, subsidiária integral da Petrobras, presta garantia real em duas operações de financiamento que a Petrobras obteve junto ao China Development Bank (CDB), com vencimentos em 2019 e 2026, por meio da colateralidade de seus recebíveis futuros das vendas de petróleo bruto, originadas das exportações da Petrobras, para compradores específicos (no máximo 300.000 bbl/d até 2019 e no máximo 200.000 bbl/d de 2020 até 2026), sendo o valor da garantia limitado ao saldo devedor da dívida.

17.6. Fundo de investimento no exterior de subsidiárias

Em 31 de março de 2017, uma controlada da PIB BV mantinha recursos investidos diretamente ou por meio de fundo de investimento no exterior que detinha, entre outros, títulos de dívidas da NTS e de entidades estruturadas consolidadas relacionados principalmente aos projetos Gasene, CDMPI, Charter e PDET, equivalentes a R\$ 9.937 (R\$ 10.389 em 31 de dezembro de 2016).

17.7. Transações com empreendimentos em conjunto, coligadas, entidades governamentais e fundos de pensão

A companhia realiza, e espera continuar a realizar, negócios no curso normal de várias transações com seus empreendimentos em conjunto, coligadas, fundos de pensão, bem como com seu acionista controlador, o governo federal brasileiro, que inclui transações com os bancos e outras entidades sob o seu controle, tais como financiamentos e serviços bancários, gestão de ativos e outras.

As transações significativas resultaram nos seguintes saldos:

	Jan-Mar/2017		31.03.2017		Jan-Mar/2016		Consolidado	
	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	31.12.2016	
Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas								
Distribuidoras estaduais de gás natural	1.483	814	279	1.835	803	226		
Empresas do setor petroquímico	3.769	276	22	2.501	426	88		
Outros empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	445	621	900	614	580	1.245		
Subtotal	5.697	1.711	1.201	4.950	1.809	1.559		
Entidades governamentais								
Títulos públicos federais	111	3.725	-	132	3.628	-		
Bancos controlados pela União Federal	(1.411)	15.185	60.044	(2.933)	13.408	64.727		
Setor elétrico (nota explicativa 7.4)	611	16.203	8	966	16.042	8		
Contas petróleo e álcool - créditos junto a União Federal	2	828	-	4	875	-		
Outros	216	188	744	249	1.326	1.081		
Subtotal	(471)	36.129	60.796	(1.582)	35.279	65.816		
Planos de Pensão	-	168	180	-	158	324		
Total	5.226	38.008	62.177	3.368	37.246	67.699		
Receitas, principalmente de vendas	6.251			5.829				
Variações monetárias e cambiais líquidas	209			(466)				
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(1.234)			(1.995)				
Ativo circulante		7.932			9.979			
Ativo não circulante		30.076			27.267			
Passivo circulante			8.606			13.157		
Passivo não circulante			53.571			54.542		
Total	5.226	38.008	62.177	3.368	37.246	67.699		

17.8. Remuneração da administração da companhia

As remunerações totais dos membros do conselho de administração e da diretoria executiva da Petrobras Controladora são apresentadas a seguir:

	Jan-Mar/2017			Jan-Mar/2016		
	Diretoria Executiva	Conselho de Administração (Titulares)	Total	Diretoria Executiva	Conselho de Administração (Titulares e suplentes)	Total
	Salários e benefícios	3,8	0,3	4,1	3,5	0,4
Encargos sociais	1,1	-	1,1	1,0	0,1	1,1
Previdência complementar	0,3	-	0,3	0,4	-	0,4
Remuneração total	5,2	0,3	5,5	4,9	0,5	5,4
Número de membros - média no período (*)	8,00	9,00	17,00	8,00	15,00	23,00
Número de membros remunerados - média no período (**)	8,00	8,00	16,00	8,00	12,00	20,00

(*) Corresponde à média do período do número de membros apurados mensalmente.

(**) Corresponde à média do período do número de membros remunerados apurados mensalmente.

No primeiro trimestre de 2017, a despesa consolidada com os honorários de diretores e conselheiros do Sistema Petrobras totalizou R\$ 20,0 (R\$ 17,9 no primeiro trimestre de 2016).

A remuneração dos membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração deve ser considerada à parte do limite global da remuneração fixado para os administradores, ou seja, os valores percebidos não são classificados como remuneração dos administradores.

18. Provisões para desmantelamento de áreas

	Consolidado	
	31.03.2017	31.12.2016
Passivo não circulante		
Saldo inicial	33.412	35.728
Revisão de provisão	44	(1.785)
Transferências referentes a passivos mantidos para venda (*)	(15)	(60)
Utilização por pagamentos	(583)	(2.606)
Atualização de juros	599	2.290
Outros	(21)	(155)
Saldo final	33.436	33.412

(*) Em 2016, inclui R\$ 493 referentes aos campos de Bijupirá e Salema pela rescisão dos contratos de venda, R\$ 170 referentes aos campos de Lapa, Sururu, Berbigão e Oeste de Atapu pela intenção de venda de percentuais, e R\$ 383 transferidos pela venda da controlada PESA.

A companhia revisa anualmente, com data base em 31 de dezembro, seus custos estimados com desmantelamento de áreas de produção de petróleo e gás, em conjunto com seu processo de certificação anual de reservas e quando houver indicativo de mudanças em suas premissas.

19. Tributos

19.1. Tributos correntes

Imposto de renda e contribuição social

	Consolidado			
	Ativo Circulante		Passivo Circulante	
	31.03.2017	31.12.2016	31.03.2017	31.12.2016
No país	2.033	1.938	175	364
No exterior	90	23	62	48
Total	2.123	1.961	237	412

Demais impostos e contribuições	Consolidado							
	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante		Passivo não circulante ⁽¹⁾	
	31.03.2017	31.12.2016	31.03.2017	31.12.2016	31.03.2017	31.12.2016	31.03.2017	31.12.2016
Impostos no país:								
ICMS / ICMS diferido	3.069	3.156	2.123	2.202	3.723	3.513	-	-
PIS e COFINS / PIS e COFINS diferido	2.298	2.314	7.422	7.374	1.599	1.509	-	-
CIDE	61	71	-	-	391	386	-	-
Participação especial/Royalties	-	-	-	-	4.067	4.015	-	-
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	-	-	-	-	1.360	1.584	-	-
Refis e Prorelit	-	-	-	-	-	90	-	-
Outros	556	540	598	623	633	621	71	65
Total no país	5.984	6.081	10.143	10.199	11.773	11.718	71	65
Impostos no exterior	60	111	37	37	87	108	-	-
Total	6.044	6.192	10.180	10.236	11.860	11.826	71	65

⁽¹⁾ Os valores de demais impostos e contribuições no passivo não circulante estão classificados em "Outras contas e despesas a pagar".

19.2. Legislação Tributária

Em 30 de dezembro de 2015, o Estado do Rio de Janeiro publicou novas Leis que instituíram tributos que elevaram, a partir de março de 2016, a carga tributária incidente sobre todo setor petrolífero, conforme destacado a seguir:

- Lei nº 7.182 - criou a Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Petróleo e Gás (TFPG) que incide sobre barril de petróleo ou unidade equivalente de gás natural extraído no Estado; e
- Lei nº 7.183 - estabeleceu a cobrança de ICMS sobre as operações de circulação de petróleo, desde os poços de extração.

A companhia entende que não são juridicamente sustentáveis as obrigações decorrentes dessas leis, tendo por este motivo apoiado iniciativas da ABEP - Associação Brasileira de Empresas de Exploração e Produção de Petróleo e Gás - junto ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Em ambas as ações propostas pela ABEP, a Procuradoria Geral da República manifestou-se favoravelmente, opinando pela concessão das liminares em favor da Indústria para afastar as obrigações trazidas nas leis e, ainda, pela legitimidade processual da Associação.

Como não houve decisão pelo STF dos pedidos de liminar formalizados nas referidas ações da ABEP, a companhia optou por ingressar com ações individuais no Judiciário fluminense contra as referidas leis, tendo obtido em dezembro de 2016 decisões liminares que suspenderam a exigibilidade desses tributos, as quais permanecem válidas até a presente data.

19.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos – não circulante

A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

	Consolidado									
	Imobilizado		Empréstimos, contas a receber / pagar e financiamentos	Arrendamentos mercantis financeiros	Provisão para processos judiciais	Prejuízos fiscais	Estoques	Benefícios concedidos a empregados	Outros	Total
Custo com prospecção	Outros (*)									
Em 1º de janeiro de 2016	(40.310)	5.043	29.727	(1.366)	3.092	20.365	1.379	4.681	(27)	22.584
Reconhecido no resultado do exercício	3.792	(2.161)	(1.192)	108	663	(362)	19	1.731	682	3.280
Reconhecido no patrimônio líquido	-	-	(17.089)	992	-	(10)	-	3.485	-	(12.622)
Ajuste acumulado de conversão	-	(77)	47	-	5	(190)	-	(13)	(43)	(271)
Outros (**)	-	250	(47)	(28)	(84)	(119)	-	(77)	316	211
Em 31 de dezembro de 2016	(36.518)	3.055	11.446	(294)	3.676	19.684	1.398	9.807	928	13.182
Reconhecido no resultado do período (***)	397	(1.037)	(331)	(94)	94	484	(442)	(329)	(51)	(1.309)
Reconhecido no patrimônio líquido	-	-	(2.684)	-	-	-	-	-	-	(2.684)
Ajuste acumulado de conversão	-	(13)	-	-	-	(27)	-	-	3	(37)
Outros	-	-	(3)	-	-	-	-	-	2	(1)
Em 31 de março de 2017	(36.121)	2.005	8.428	(388)	3.770	20.141	956	9.478	882	9.151
Impostos diferidos ativos										14.038
Impostos diferidos passivos										(856)
Em 31 de dezembro de 2016										13.182
Impostos diferidos ativos										9.940
Impostos diferidos passivos										(789)
Em 31 de março de 2017										9.151

(*) Inclui, principalmente, ajustes de perda no valor de recuperação de ativos e juros capitalizados.

(**) Inclui R\$ 249 transferido para Passivos associados a ativos mantidos para venda, pela venda das controladas Liquigás, PESA e NTS.

(***) Não inclui R\$ 185 referentes ao IR diferido da NTS e Liquigás, classificadas como mantidos para venda.

A companhia mantém o reconhecimento dos créditos fiscais diferidos ativos com base na projeção de lucro tributável para os exercícios subsequentes, sendo tal projeção revisada anualmente. A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos fundamentados nas projeções baseadas no PNG e que não ultrapassam dez anos.

19.4. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	Consolidado	
	Jan-Mar/2017	Jan-Mar/2016
Lucro (prejuízo do período) antes dos impostos	7.127	(157)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(2.423)	53
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Alíquotas diferenciadas de empresas no exterior	36	410
Tributação no Brasil de lucro de empresas no exterior (*)	(21)	(88)
Incentivos fiscais	136	27
Prejuízos fiscais não reconhecidos	190	(314)
Exclusões/(adições) permanentes, líquidas (**)	(247)	(341)
Outros	9	29
Imposto de renda e contribuição social	(2.320)	(224)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.494)	1.413
Imposto de renda e contribuição social correntes	(826)	(1.637)
Total	(2.320)	(224)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	32,6%	(142,7)%

(*) Imposto de renda e contribuição social no país referentes aos lucros auferidos nos períodos por investidas no exterior, conforme dispositivos previstos na Lei nº 12.973/2014.

(**) Inclui equivalência patrimonial e despesa com plano de saúde.

20. Benefícios concedidos a empregados

20.1. Planos de pensão e de saúde

A descrição detalhada dos planos de pensão e saúde patrocinados pela companhia para empregados (ativos e assistidos) e dependentes, no Brasil e no exterior, é apresentada na nota explicativa 22 das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

A movimentação das obrigações com planos de pensão e saúde com característica de benefício definido está representada a seguir:

	Consolidado				Total
	Planos de pensão		Saúde	Outros Planos	
	Petros	Petros 2	AMS		
Saldo em 1º de janeiro de 2016	23.185	277	26.369	343	50.174
(+) Efeitos de remensuração reconhecidos em outros resultados abrangentes	9.667	563	7.166	53	17.449
(+) Custos incorridos no exercício	3.566	115	4.238	82	8.001
(-) Pagamento de contribuições	(672)	-	(1.224)	(32)	(1.928)
(-) Pagamento do termo de compromisso financeiro	(706)	-	-	-	(706)
Outros	-	-	-	(322)	(322)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	35.040	955	36.549	124	72.668
Circulante	1.344	-	1.328	-	2.672
Não Circulante	33.696	955	35.221	124	69.996
Saldo em 31 de dezembro de 2016	35.040	955	36.549	124	72.668
(+) Custos incorridos no período	1.004	62	1.103	8	2.177
(-) Pagamento de contribuições	(169)	-	(320)	(1)	(490)
Outros	-	-	-	(4)	(4)
Saldo em 31 de março de 2017	35.875	1.017	37.332	127	74.351
Circulante	1.525	-	1.328	-	2.853
Não Circulante	34.350	1.017	36.004	127	71.498
Saldo em 31 de março de 2017	35.875	1.017	37.332	127	74.351

A despesa líquida com planos de pensão e saúde inclui os seguintes componentes:

	Consolidado				Total
	Planos de pensão		Saúde	Outros Planos	
	Petros	Petros 2	AMS		
Custo do serviço	72	36	128	3	239
Juros líquidos sobre passivo/(ativo) líquido	932	26	975	5	1.938
Custo Líquido em Jan-Mar/2017	1.004	62	1.103	8	2.177
Relativa a empregados ativos:					
Absorvida no custeio das atividades operacionais	187	32	210	1	430
Diretamente no resultado	84	20	107	7	218
Relativa aos assistidos	733	10	786	-	1.529
Custo Líquido em Jan-Mar/2017	1.004	62	1.103	8	2.177
Custo Líquido em Jan-Mar/2016	891	29	1.060	25	2.005

Em 31 de março de 2017, a companhia possuía estoque de petróleo e/ou derivados oferecido como garantia dos Termos de Compromisso Financeiro - TCF, assinados em 2008 com a Petros, no valor de R\$ 6.646 (R\$ 6.449 em 31 de dezembro de 2016), os quais estão em fase de revisão.

O Plano Petros 2 possui uma parcela com característica de contribuição definida cujos pagamentos são reconhecidos no resultado. No período de janeiro a março de 2017, o montante pago pela companhia foi de R\$ 236 (R\$ 213 de janeiro a março de 2016).

20.2. Participação nos lucros ou resultados

A participação dos empregados nos lucros ou resultados (PLR) tem por base as disposições legais vigentes, bem como as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e pelo Ministério de Minas e Energia, estando relacionada ao lucro líquido consolidado atribuível aos acionistas da Petrobras.

O montante a ser distribuído aos empregados a título de PLR é calculado com base em seis indicadores corporativos cujas metas são definidas a cada ano pela Diretoria Executiva da companhia e aprovadas pelo Conselho de Administração durante a revisão do Plano de Negócios e Gestão - PNG.

O percentual de atingimento das metas individuais deste conjunto de indicadores leva a um percentual de cumprimento global de metas, utilizado como base na definição do percentual do lucro líquido do Sistema Petrobras a ser distribuído aos empregados. Entretanto, caso a empresa não tenha lucro e todas as metas sejam alcançadas, o valor a ser pago individualmente será de metade da remuneração mensal do empregado acrescido de metade do menor valor pago da PLR no exercício anterior, conforme Acordo Coletivo de Trabalho.

PLR do período findo em 31 de março de 2017

O montante provisionado relativo à estimativa de PLR do período jan-mar/2017, reconhecido em outras despesas líquidas, está demonstrado a seguir:

	Jan-Mar/2017
Lucro líquido consolidado atribuível aos acionistas da Petrobras	4.449
Percentual do cumprimento global de metas ⁽¹⁾ aplicável à PLR	6,25%
Participação nos lucros ou resultados - Empresas controladas no Brasil	278

⁽¹⁾ O percentual do cumprimento global de metas é resultado dos seguintes indicadores: Limite de Volume de Petróleo e Derivados Vazado, Custo Unitário de Extração sem Participação Governamental- Brasil, Produção de Óleo e LGN- Brasil, Carga Fresca Processada-Brasil, Eficiência das Operações com Navio, Atendimento à Programação de Entrega de Gás Natural.

20.3. Plano de incentivo ao desligamento voluntário

A companhia implementou alguns Programas de incentivo ao desligamento voluntário no período de janeiro de 2014 a 31 de março de 2017, conforme descrito a seguir:

	Empregados			
	Inscritos	Desligados	Desistentes	Ativos
Petrobras (PIDV 2014 e 2016)	19.499	(14.034)	(1.461)	4.004
Petrobras Distribuidora (PIDV BR 2014, 2015 e 2016)	2.163	(1.190)	(156)	817
	21.662	(15.224)	(1.617)	4.821

A movimentação da provisão em 31 de março de 2017 está representada a seguir:

	Consolidado	
	31.03.2017	31.12.2016
Saldo inicial	2.644	777
Inscritos no PIDV da Petrobras e BR 2016	-	4.117
Revisão de provisão	(275)	(35)
Utilização por desligamento	(683)	(2.215)
Saldo final	1.686	2.644
Circulante	1.686	2.644
Não circulante	-	-

21. Patrimônio líquido

21.1. Capital social realizado

Em 31 de março de 2017, o capital subscrito e integralizado no valor de R\$ 205.432 está representado por 7.442.454.142 ações ordinárias e 5.602.042.788 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

As ações preferenciais têm prioridade no caso de reembolso do capital, não asseguram direito de voto e não são conversíveis em ações ordinárias.

21.2. Outros Resultados Abrangentes

No período de janeiro a março de 2017 foram reconhecidos como outros resultados abrangentes, principalmente os seguintes efeitos:

- ajuste acumulado de conversão devedor, no montante de R\$ 2.632, decorrente da tradução das demonstrações contábeis de controladas no exterior em moeda funcional diferente do real. Adicionalmente, motivada pela venda da totalidade de sua participação na Petrobras Chile Distribución Ltda e Guarani S.A., conforme nota explicativa 9.1, a companhia transferiu o montante de R\$ 116 para outras despesas líquidas, referente aos efeitos cambiais acumulados desde a data de aquisição destes investimentos até a data de sua alienação.
- hedge de fluxo de caixa de exportação, aumentando o patrimônio líquido no período de R\$ 5.210, líquido de impostos e do efeito de reclassificação de parte da variação cambial para resultado, totalizando em 31 de março de 2017 o valor de R\$ 19.909, líquido de impostos, conforme nota explicativa 30.2.

21.3. Resultado por ação

	Consolidado e Controladora					
	Jan-Mar/2017			Jan-Mar/2016		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico e diluído						
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Petrobras atribuído igualmente entre as classes de ações	2.538	1.911	4.449	(711)	(535)	(1.246)
Denominador básico e diluído						
Média ponderada da quantidade de ações em circulação (nº de ações)	7.442.454.142	5.602.042.788	13.044.496.930	7.442.454.142	5.602.042.788	13.044.496.930
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (R\$ por ação)	0,34	0,34	0,34	(0,10)	(0,10)	(0,10)

22. Receita de vendas

	Consolidado	
	Jan-Mar/2017	Jan-Mar/2016
Receita bruta de vendas	86.485	89.895
Encargos de vendas ^(*)	(18.120)	(19.558)
Receita de vendas ^(**)	68.365	70.337
Diesel	19.207	22.802
Gasolina automotiva	13.737	14.704
Querosene de aviação (QAV)	2.442	2.294
Gás liquefeito de petróleo (GLP)	2.631	2.489
Nafta	2.642	1.521
Óleo combustível (incluindo bunker)	992	1.131
Outros derivados de petróleo	2.754	2.794
Subtotal de derivados	44.405	47.735
Gás natural	3.391	4.023
Etanol, nitrogenados e renováveis	2.826	3.466
Eletricidade, serviços e outros	2.252	2.768
Mercado interno	52.874	57.992
Exportações	11.577	5.121
Vendas no exterior ^(***)	3.914	7.224
Mercado externo	15.491	12.345
Receitas de vendas ^(**)	68.365	70.337

^(*) Inclui, principalmente, CIDE, PIS, COFINS e ICMS.

^(**) A receita de vendas por segmento de negócio está apresentada na nota explicativa 27.

^(***) Receita proveniente de vendas realizadas no exterior, incluindo trading e excluídas exportações. Em 2016, incluía vendas da PESA.

No primeiro trimestre de 2017, o total de vendas para os dois clientes terceiros que representam aproximadamente 10% ou mais do total de venda da companhia foi de R\$ 6.316 (R\$ 6.498 no primeiro trimestre de 2016) e R\$ 5.934 (R\$ 6.523 no primeiro trimestre de 2016), impactando principalmente o segmento de abastecimento.

23. Outras despesas líquidas

	Consolidado	
	Jan-Mar/2017	Jan-Mar/2016
Plano de pensão e saúde (inativos)	(1.529)	(1.239)
Paradas não programadas e gastos pré-operacionais	(1.359)	(2.051)
(Perdas) / Ganhos com processos judiciais, administrativos e arbitrais	(1.255)	(1.146)
Participação nos lucros ou resultados	(278)	-
Relações institucionais e projetos culturais	(160)	(238)
Resultado com alienações e baixas de ativos (*)	(123)	(102)
Realização de ajustes acumulados de conversão - CTA	(116)	-
PCLD sobre outros recebíveis	(111)	(54)
Despesas operacionais c/ termelétricas	(75)	(108)
Gastos com segurança, meio ambiente e saúde	(42)	(79)
Reversão/Perda no valor de recuperação de ativos - <i>Impairment</i>	21	(294)
Subvenções e assistências governamentais	77	39
Gastos com PIDV	275	(1)
Contratos de Ship/Take or Pay	280	180
Gastos/Ressarcimentos com operações em parcerias de E&P	290	546
Outros	210	282
Total	(3.895)	(4.265)

(*) Inclui áreas devolvidas e projetos cancelados.

24. Custos e despesas por natureza

	Consolidado	
	Jan-Mar/2017	Jan-Mar/2016
Matérias-primas e produtos para revenda	(12.616)	(18.161)
Materiais, serviços, fretes, aluguéis e outros	(11.833)	(15.852)
Depreciação, depleção e amortização	(10.766)	(12.649)
Gastos com pessoal	(7.753)	(7.609)
Reversão/(perda) no valor de recuperação de ativos - <i>Impairment</i>	21	(294)
Participação governamental	(6.335)	(2.433)
Paradas não programadas e gastos pré-operacionais	(1.359)	(2.051)
(Perdas)/ganhos com processos judiciais, administrativos e arbitrais	(1.255)	(1.146)
Realização de ajustes acumulados de conversão - CTA	(116)	-
Projetos sem viabilidade econômica (inclui poços secos e bônus de assinatura)	(24)	(579)
Perdas em créditos de liquidação duvidosa	6	(503)
Tributárias	(291)	(542)
Variação dos estoques	(1.449)	45
Resultado com alienações e baixas de ativos	(123)	(98)
Relações institucionais e projetos culturais	(160)	(238)
Gastos com segurança, meio ambiente e saúde	(42)	(79)
Total	(54.095)	(62.189)
Na Demonstração do Resultado		
Custo dos produtos e serviços vendidos	(44.579)	(49.329)
Despesas com vendas	(2.390)	(3.751)
Despesas gerais e administrativas	(2.307)	(2.652)
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	(296)	(1.147)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(337)	(503)
Tributárias	(291)	(542)
Outras despesas líquidas	(3.895)	(4.265)
Total	(54.095)	(62.189)

25. Resultado financeiro líquido

	Consolidado	
	Jan-Mar/2017	Jan-Mar/2016
Despesa com endividamentos	(6.642)	(6.779)
Variações cambiais e monetárias sobre endividamento líquido ^(*)	(3.092)	(4.132)
Receita com aplicações financeiras e títulos públicos	420	456
Resultado financeiro sobre endividamento líquido	(9.314)	(10.455)
Encargos financeiros capitalizados	1.532	1.476
Ganhos (perdas) com instrumentos derivativos	109	28
Resultado com títulos e valores mobiliários	(1)	17
Atualização financeira da provisão de desmantelamento	(603)	(577)
Outras despesas e receitas financeiras líquidas	173	135
Outras variações cambiais e monetárias líquidas	349	683
Resultado financeiro líquido	(7.755)	(8.693)
Receitas	933	886
Despesas	(5.945)	(6.146)
Variações cambiais e monetárias, líquidas	(2.743)	(3.433)
Total	(7.755)	(8.693)

^(*) Inclui variação monetária sobre financiamentos em moeda nacional parametrizada à variação do dólar.

26. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa

	Consolidado	
	Jan-Mar/2017	Jan-Mar/2016
Valores pagos e recebidos durante o período		
Imposto de renda retido na fonte de terceiros	897	1.180
Transações de investimentos e financiamentos que não envolvem caixa		
Aquisição de imobilizado a prazo	2	90
Constituição (reversão) de provisão para desmantelamento de áreas	44	22
Utilização de créditos fiscais e depósitos judiciais para pagamento de contingência	141	-

27. Informações por segmento

As informações segmentadas refletem a estrutura de avaliação da alta administração em relação aos desempenhos e alocação de recursos dos negócios.

Ativo Consolidado por Área de Negócio - 31.03.2017

	E&P	Abasteci- mento	Gás & Energia	Bio- combustíveis	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total
Circulante	18.095	36.807	14.376	860	8.033	70.761	(14.874)	134.058
Não circulante	432.282	131.099	53.133	794	10.315	28.127	(1.762)	653.988
Realizável a longo prazo	23.654	11.397	4.227	426	3.309	22.048	(1.604)	63.457
Investimentos	4.465	4.534	1.619	45	16	20	-	10.699
Imobilizado	396.520	114.566	46.212	323	6.267	5.505	(158)	569.235
Em operação	294.659	100.571	38.279	312	5.348	4.340	(158)	443.351
Em construção	101.861	13.995	7.933	11	919	1.165	-	125.884
Intangível	7.643	602	1.075	-	723	554	-	10.597
Ativo	450.377	167.906	67.509	1.654	18.348	98.888	(16.636)	788.046

Ativo Consolidado por Área de Negócio - 31.12.2016

	E&P	Abasteci- mento	Gás & Energia	Bio- combustíveis	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total
Circulante	18.262	40.609	11.707	1.319	9.906	81.262	(17.158)	145.907
Não circulante	438.332	130.750	51.808	380	10.398	28.795	(1.425)	659.038
Realizável a longo prazo	24.870	10.793	6.539	12	3.314	22.285	(1.262)	66.551
Investimentos	4.722	3.597	1.520	43	47	19	-	9.948
Imobilizado	401.057	115.745	42.675	325	6.308	5.929	(163)	571.876
Em operação	295.656	101.520	38.659	315	5.389	4.798	(163)	446.174
Em construção	105.401	14.225	4.016	10	919	1.131	-	125.702
Intangível	7.683	615	1.074	-	729	562	-	10.663
Ativo	456.594	171.359	63.515	1.699	20.304	110.057	(18.583)	804.945

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)



Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio - 31.03.2017

	E&P	Abasteci- mento	Gás & Energia	Bio- combustíveis	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total
Receita de vendas	33.251	53.929	7.703	163	20.912	-	(47.593)	68.365
Intersegmentos	32.131	12.763	2.214	157	328	-	(47.593)	-
Terceiros	1.120	41.166	5.489	6	20.584	-	-	68.365
Custo dos produtos vendidos	(21.430)	(46.551)	(5.260)	(178)	(19.369)	-	48.209	(44.579)
Lucro bruto	11.821	7.378	2.443	(15)	1.543	-	616	23.786
Despesas	(1.933)	(2.122)	(888)	5	(985)	(3.654)	61	(9.516)
Vendas	(103)	(1.377)	(235)	(2)	(748)	7	68	(2.390)
Gerais e administrativas	(245)	(367)	(168)	(23)	(215)	(1.289)	-	(2.307)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo e gás	(296)	-	-	-	-	-	-	(296)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(162)	(10)	(13)	-	-	(152)	-	(337)
Tributárias	(34)	(57)	(62)	(9)	(19)	(110)	-	(291)
Outras receitas (despesas), líquidas	(1.093)	(311)	(410)	39	(3)	(2.110)	(7)	(3.895)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e impostos	9.888	5.256	1.555	(10)	558	(3.654)	677	14.270
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	(7.755)	-	(7.755)
Resultado de participações em investimentos	34	543	89	(55)	-	1	-	612
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	9.922	5.799	1.644	(65)	558	(11.408)	677	7.127
Imposto de renda e contribuição social	(3.362)	(1.787)	(529)	3	(189)	3.774	(230)	(2.320)
Lucro líquido (prejuízo)	6.560	4.012	1.115	(62)	369	(7.634)	447	4.807
Atribuível aos:								
Acionistas da Petrobras	6.500	4.060	1.021	(62)	369	(7.886)	447	4.449
Acionistas não controladores	60	(48)	94	-	-	252	-	358
Lucro líquido (prejuízo)	6.560	4.012	1.115	(62)	369	(7.634)	447	4.807

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)



Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio - 31.03.2016

	E&P	Abasteci- mento	Gás & Energia	Bio- combustíveis	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total
Receita de vendas	23.675	53.085	9.391	228	25.231	-	(41.273)	70.337
Intersegmentos	22.988	15.557	2.130	219	379	-	(41.273)	-
Terceiros	687	37.528	7.261	9	24.852	-	-	70.337
Custo dos produtos vendidos	(20.837)	(39.099)	(7.563)	(248)	(23.291)	-	41.709	(49.329)
Lucro bruto	2.838	13.986	1.828	(20)	1.940	-	436	21.008
Despesas	(3.611)	(2.491)	(734)	(118)	(1.987)	(3.992)	73	(12.860)
Vendas	(167)	(1.762)	(435)	(2)	(1.469)	(8)	92	(3.751)
Gerais e administrativas	(341)	(393)	(199)	(23)	(222)	(1.473)	(1)	(2.652)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo e gás	(1.147)	-	-	-	-	-	-	(1.147)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(209)	(68)	(21)	(2)	-	(203)	-	(503)
Tributárias	(62)	(143)	(170)	(2)	(38)	(127)	-	(542)
Outras receitas (despesas), líquidas	(1.685)	(125)	91	(89)	(258)	(2.181)	(18)	(4.265)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e impostos	(773)	11.495	1.094	(138)	(47)	(3.992)	509	8.148
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	(8.693)	-	(8.693)
Resultado de participações em investimentos	(99)	375	56	43	7	6	-	388
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(872)	11.870	1.150	(95)	(40)	(12.679)	509	(157)
Imposto de renda e contribuição social	263	(3.908)	(372)	47	16	3.904	(174)	(224)
Lucro líquido (prejuízo)	(609)	7.962	778	(48)	(24)	(8.775)	335	(381)
Atribuível aos:								
Acionistas da Petrobras	(605)	7.976	757	(48)	(25)	(9.636)	335	(1.246)
Acionistas não controladores	(4)	(14)	21	-	1	861	-	865
Lucro líquido (prejuízo)	(609)	7.962	778	(48)	(24)	(8.775)	335	(381)

28. Processos judiciais e contingências

28.1. Processos judiciais provisionados

A companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. As principais ações se referem a:

- Processos trabalhistas, destacando-se: (i) revisão da metodologia de apuração do complemento de remuneração mínima por nível e regime; (ii) diferenças de cálculo dos reflexos das horas extras nos repousos semanais remunerados; (iii) ações individuais de terceirizados;
- Processos fiscais, incluindo: (i) não homologação de compensações de tributos federais; (ii) demandas relacionadas ao recolhimento de ICMS na venda de querosene de aviação; (iii) aproveitamento de créditos de ICMS na importação de plataformas;
- Processos cíveis referentes a: (i) cobrança de *royalties* sobre a atividade de extração de xisto; (ii) reclamação por descumprimento contratual relacionado à construção de plataforma; (iii) acordos realizados e de negociações em andamento com autores em ações individuais propostas perante a Corte Federal de Nova York; (iv) indenização decorrente de ação de desapropriação de área para constituição de servidão de passagem; e
- Processo ambiental referente à indenização aos pescadores pelo derramamento de óleo no Rio de Janeiro, em janeiro de 2000.

Os valores provisionados são os seguintes:

	Consolidado	
	31.03.2017	31.12.2016
Passivo não circulante		
Processos trabalhistas	4.137	3.995
Processos fiscais	5.647	4.981
Processos cíveis	1.922	1.873
Processos ambientais	195	194
Outros processos	6	9
Total	11.907	11.052
Saldo inicial	11.052	8.776
Adição	1.015	3.462
Utilização	(347)	(2.213)
Atualização de juros	199	1.211
Outros	(12)	(184)
Saldo final	11.907	11.052

28.2. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado	
	31.03.2017	31.12.2016
Ativo não circulante		
Fiscais	6.672	5.875
Cíveis	3.553	3.588
Trabalhistas	3.395	3.277
Ambientais	388	275
Outros	17	17
Total	14.025	13.032

28.3. Processos judiciais não provisionados

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Os passivos contingentes, acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais em 31 de março de 2017, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

	Consolidado
Natureza	
Fiscais	159.930
Trabalhistas	24.343
Cíveis - Gerais	32.404
Cíveis - Ambientais	7.273
Outras	4
Total	223.954

Os quadros a seguir detalham as principais causas de natureza fiscal, cível, ambiental e trabalhista, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível.

Descrição dos processos de natureza fiscal	Estimativa
Autor: Secretaria da Receita Federal do Brasil	
1) Incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE e PIS/COFINS- importação sobre as remessas para pagamentos de afretamentos de embarcações. Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas.	51.376
2) Dedução imediata da base de cálculo do IRPJ e CSLL de gastos com desenvolvimento da produção de petróleo. Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa.	21.004
3) Pedidos de compensação de tributos federais não homologados pela Receita Federal. Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas.	11.035
4) Lucro de controladas e coligadas domiciliadas no exterior não adicionado à base de cálculo do IRPJ e CSLL. Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas. Houve ajuizamento de execução fiscal em dois processos que resultou no acréscimo de 20% ao valor do débito em razão da inscrição em dívida ativa.	10.691
5) Dedução da base de cálculo do IRPJ e CSLL dos valores pagos ao Plano Petros, bem como de despesas diversas relacionadas a benefícios empregatícios e Petros. Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas.	7.810
6) Incidência da contribuição previdenciária sobre pagamento de abonos e gratificação contingente a empregados. Situação atual: Aguardando julgamento de defesa e recursos na esfera administrativa.	3.573
7) Cobrança da CIDE-Combustível em transações com distribuidoras e postos de combustíveis detentores de medidas liminares que determinavam a venda sem repasse do referido tributo. Situação atual: A questão envolve processos na esfera judicial. Autor: Secretaria da Fazenda do Estado de SP.	2.164
8) Cobrança de ICMS por falta de emissão de nota fiscal na movimentação da sonda para o bloco exploratório e no retorno desta embarcação, bem como cobrança decorrente do desenquadramento da admissão temporária pelo fato de o desembarço aduaneiro da importação da sonda ter sido realizado no Estado do RJ e não no Estado de SP. Situação atual: A questão envolve processos em fase judicial.	5.647
9) Aplicação de diferimento de ICMS nas operações de venda de Biodiesel B100, bem como uso da alíquota de 7% em operações interestaduais de venda de Biodiesel B100 com os Estados do Centro-Oeste, Norte, Nordeste e com o Estado do ES. Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa. Autor: Secretaria da Fazenda dos Estados do RJ e BA.	2.793
10) Exigência de ICMS em operações de saída de Líquido de Gás Natural – LGN e C5+ com emissão de documento fiscal não aceito pela fiscalização, bem como questionamento do direito ao aproveitamento do crédito. Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas. Autor: Secretaria da Fazenda dos Estados do RJ, SP, PR, RO e MG.	4.485
11) Cobrança de diferenças de alíquotas de ICMS decorrente de vendas de QAV para empresas aéreas no mercado interno e outros questionamentos decorrentes da utilização de benefício fiscal de ICMS. Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial. Autor: Prefeituras Municipais de Anchieta, Aracruz, Guarapari, Itapemirim, Marataízes, Linhares, Vila Velha e Vitória.	4.257
12) Cobrança do imposto incidente sobre serviços prestados em águas marítimas (ISSQN), em favor de alguns municípios do Estado do ES sob o argumento de que o serviço fora executado em seus "respectivos territórios marítimos". Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas. Autor: Secretaria da Fazenda dos Estados do RJ, RN, AL, AM, PA, BA, GO, MA e SP.	3.836
13) Crédito de ICMS não estornado em razão de saídas isentas ou não tributadas promovidas por terceiros em operações subsequentes. Situação atual: A questão envolve processos que se encontram na esfera administrativa e judicial diversas.	3.331

Autor: Secretaria da Fazenda dos Estados do PR, AM, BA, ES, PA, PE e PB.	
14) Incidência de ICMS sobre diferenças no controle de estoques físico e fiscal.	
Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas.	2.993
Autor: Secretaria de Fazenda dos Estados do RJ, SP, ES e BA.	
15) Apropriação de crédito de ICMS sobre aquisições de mercadorias que, no entendimento da fiscalização, não configurariam bens do ativo imobilizado.	
Situação atual: A questão envolve processos ainda na esfera administrativa, e outros na esfera judicial.	2.900
Autor: Secretarias de Fazenda dos Estados de SP, RS e SC.	
16) Cobrança do ICMS referente à importação de gás natural proveniente da Bolívia, sob a alegação de serem esses Estados os destinatários finais (consumidores) do gás importado.	
Situação atual: A questão envolve processos nas esferas judicial e administrativa, além de três ações cíveis originárias em trâmite no Supremo Tribunal Federal.	2.731
Autor: Secretarias da Fazenda dos Estados de SP, CE, PB, RJ, BA e PA.	
17) Cobrança e creditamento de ICMS em operações de consumo interno de óleo bunker e óleo diesel marítimo destinados a embarcações afretadas.	
Situação atual: Há autuações lavradas pelos Estados, sendo algumas discutidas ainda na esfera administrativa e outras na esfera judicial.	1.902
Autor: Secretarias da Fazenda dos Estados do RJ, SP, SE e BA.	
18) Aproveitamento de créditos de ICMS na aquisição de brocas e de produtos químicos utilizados na formulação de fluido de perfuração.	
Situação atual: A questão envolve processos em fases administrativa e judicial diversas.	1.373
Autor: Secretarias da Fazenda dos Estados de MG, MT, GO, RJ, PA, CE, BA, PR, SE, AL e RN.	
19) Apropriação de crédito de ICMS sobre a aquisição de mercadorias (produtos em geral) que, no entendimento da fiscalização, se enquadrariam no conceito de material de uso e consumo, sendo indevido o creditamento do imposto.	
Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas.	1.267
Autor: Secretaria de Fazenda dos Estados do AM, BA, RS e RJ	
20) Cobrança de ICMS pelos Estados em razão de controvérsia quanto à formação da base de cálculo nas operações interestaduais e internas de transferências entre estabelecimentos de um mesmo contribuinte.	
Situação atual: A questão envolve processos ainda na esfera administrativa e outros na esfera judicial.	1.168
Autor: Secretaria de Fazenda do Estado de PE.	
21) Cobrança de ICMS sobre as vendas interestaduais de gás natural com destino às distribuidoras localizadas em seu Estado. A fiscalização entende que as operações seriam de transferência, uma vez que as atividades realizadas na <i>city-gate</i> são de industrialização, caracterizando-o como um estabelecimento e consequentemente exigindo a diferença entre o imposto incidente na operação de venda e de transferência.	
Situação atual: A questão envolve processos ainda na esfera administrativa, e outros na esfera judicial.	1.040
22) Processos diversos de natureza fiscal	12.554
Total de processos de natureza fiscal	159.930

Descrição dos processos de natureza trabalhista

Estimativa

Autor: SINDIPETRO dos Estados do ES, RJ, BA, MG, SP, PE, SE, RN, CE, PR, SC e RS.	
1) Ações coletivas que requerem a revisão da metodologia de apuração do complemento de Remuneração Mínima por Nível e Regime (RMNR).	
Situação atual: Aguarda-se julgamento de incidente de recurso repetitivo pelo Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, o qual determinou a suspensão do julgamento do dissídio coletivo de natureza jurídica, proposto pela companhia, até o julgamento do mencionado incidente.	14.723
Autor: Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense – SINDIPETRO/NF.	
2) O Autor objetiva a condenação da companhia a remunerar como extraordinária a jornada de trabalho que ultrapassar o limite de 12 horas diárias de trabalho efetivo em regime de sobreaviso. Pretende, ainda, que a companhia seja obrigada a respeitar o limite de 12 horas de efetivo trabalho em regime de sobreaviso, sob pena de multa diária.	
Situação atual: O processo encontra-se no Tribunal Superior do Trabalho, para julgamento dos recursos interpostos pelas partes.	1.226
Autor: SINDIPETROS dos Estados do ES, RJ, BA, MG, SP, PR, CE, SC, SE, PE e RS	
3) Ações coletivas que objetivam diferenças salariais decorrentes de pretendida alteração do critério de cálculo dos reflexos das horas extras nos repousos semanais remunerados, considerando proporção superior à instituída pela Lei nº 605/49, que é de 1/6.	
Situação atual: O Tribunal Superior do Trabalho (TST) uniformizou o entendimento favorável à tese da companhia, existindo decisões do TST favoráveis aos autores em processos individuais e coletivos julgados antes da referida uniformização. Em relação ao processo proposto pelo SINDIPETRO/NF (RJ): (i) a companhia propôs Ação Rescisória processada no TST, cujo mérito ainda não foi julgado; e (ii) o TRT da 1ª Região proferiu decisão favorável à companhia ao julgar seu recurso de Agravo de Petição. Referida decisão interpretou que o título executivo alterou os divisores aplicáveis ao cálculo da hora extra, majorando-os, proporcionando uma importante redução no valor estimado.	1.037
4) Processos diversos de natureza Trabalhista	7.357
Total de processos de natureza trabalhista	24.343

Descrição dos processos de natureza cível	Estimativa
Autor: Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis- ANP.	
1) Processos administrativos que discutem diferença de participação especial e <i>royalties</i> em vários campos, destacando a divergência na interpretação da aplicação dos preços do petróleo utilizados para o cálculo das participações governamentais no campo de Lula. Inclui também discussão por multas aplicadas pela ANP por suposto descumprimento de programa exploratório mínimo e irregularidades no cumprimento de normas aplicáveis à indústria do petróleo	7.538
Situação atual: As questões envolvem processos em fase administrativa e judicial diversas.	
2) Processos que discutem a determinação da ANP de: unificar os campos de Lula e Cernambi no Consórcio BM-S-11, unificar os Campos de Baúna e Piracaba, unificar os Campos de Tartaruga Verde e Mestiça; e unificar os Campos de Baleia Anã, Baleia Azul, Baleia Franca, Cachalote, Caxaréu, Jubarte e Pirambu, no complexo Parque das Baleias, gerando assim impactos no recolhimento das participações especiais (PE).	6.772
Situação atual: As questões envolvem processos judiciais e arbitrais. Por força de decisões judiciais as arbitragens estão suspensas. No caso dos campos de Lula e Cernambi, os valores das supostas diferenças de participações especiais foram depositados judicialmente, porém com a cassação da liminar favorável, atualmente as diferenças têm sido pagas diretamente para a ANP até que seja reformada a decisão judicial correspondente. No caso dos campos de Baúna e Piracaba, por força de decisão liminar concedida pelo Judiciário, a companhia deposita o valor convertido das participações especiais em juízo. No caso da unificação dos Campos de Baleia Anã, Baleia Azul, Baleia Franca, Cachalote, Caxaréu, Jubarte e Pirambu, no complexo Parque das Baleias, por força de decisões judiciais e do próprio Tribunal Arbitral a cobrança das supostas diferenças de participação especial a maior encontra-se suspensa. Por fim, em relação ao caso Tartaruga Verde e Mestiça, a arbitragem está suspensa por força de decisão judicial, não havendo, por ora, acréscimo no recolhimento de participações especiais, em virtude da unificação.	
Autor: Diversos autores no país e EIG Management Company nos Estados Unidos.	
3) Arbitragens no país e ação judicial nos Estados Unidos relativos à Sete Brasil Participações S.A. ("Sete")	5.503
Situação atual: As arbitragens no país encontram-se em estágio inicial. A ação judicial proposta pela EIG e afiliadas alega que a companhia teria praticado fraude ao induzir os autores a investir na "Sete", através de comunicações que teriam deixado de revelar o suposto esquema de corrupção envolvendo a Petrobras e a "Sete". Em 30 de março de 2017 a Corte Distrital de Colúmbia, EUA, acolheu em parte a defesa preliminar da Petrobras (<i>motion to dismiss</i>). A Petrobras recorreu da parte em que foi vencida na decisão e, em 27 de abril de 2017, o processo foi suspenso em virtude da interposição do recurso.	
Autor: Refinaria de Petróleo de Manguinhos S.A.	
4) Ação de indenização na qual busca ressarcimento pelos danos causados por uma suposta conduta anticoncorrencial na venda de gasolina, diesel e GLP no mercado interno.	1.928
Situação atual: A questão envolve processo em fase judicial, no qual a companhia foi condenada em 1º instância. A companhia tem buscado assegurar os seus direitos, sendo que o CADE já analisou o tema e decidiu pela ausência de postura anticoncorrencial da companhia	
Autor: Vantage Deepwater Company e Vantage Deepwater Drilling Inc.	
5) Arbitragem nos Estados Unidos sobre rescisão unilateral de contrato de prestação de serviço de perfuração vinculado ao navio-sonda Titanium Explorer.	1.267
Situação atual: O painel arbitral foi constituído e as partes discutiram um novo cronograma processual, o qual já foi definido. Nesse sentido, serão realizadas audiências em Houston, EUA, entre os dias 16 e 26 de maio de 2017 e os dias 31 de maio e 02 de junho de 2017 para oitiva de testemunhas sobre o mérito da arbitragem.	
6) Processos diversos de natureza cível	9.396
Total de processos de natureza cível	32.404

Descrição dos processos de natureza ambiental	Estimativa
Autor: Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual do Paraná, AMAR - Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária, IAP - Instituto Ambiental do Paraná e IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis.	
1) Processo judicial que discute obrigação de fazer, indenização em pecúnia e dano moral referente ao acidente ambiental havido no Estado do Paraná em 16 de julho de 2000.	2.875
Situação atual: Processos julgados procedentes em parte, mediante sentença contra a qual autores e a companhia, ré, interpuseram recursos de apelação.	
Autor: Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - IBAMA e Ministério Público Federal.	
2) Processos administrativos decorrentes de multas ambientais relacionadas a operação de exploração e produção (<i>upstream</i>) impugnadas em virtude de divergência quanto à interpretação e aplicação de normas pelo IBAMA, bem como uma Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal por suposto dano ambiental em virtude do afundamento acidental da Plataforma P-36.	1.493
Situação atual: Quanto às multas, algumas aguardam julgamento de defesa e recurso na esfera administrativa e outras já estão sendo discutidas judicialmente. E no que toca à ação civil pública, a companhia recorreu da sentença que lhe foi desfavorável no juízo de primeiro grau e acompanha o trâmite do recurso em julgamento pelo Tribunal Regional Federal.	
3) Processos diversos de natureza ambiental	2.905
Total de processos de natureza ambiental	7.273

28.4. Ações coletivas (*class actions*) e processos relacionados

28.4.1. Ação coletiva nos Estados Unidos e processos relacionados

Entre 8 de dezembro de 2014 e 7 de janeiro de 2015, cinco ações coletivas (*class actions*) foram propostas contra a companhia perante a Corte Federal para o Distrito Sul de Nova Iorque, nos Estados Unidos (United States District Court for the Southern District of New York). Estas ações foram consolidadas em 17 de fevereiro de 2015 ("Ação Coletiva Consolidada"). A Corte designou um autor líder, Universities Superannuation Scheme Limited ("USS"), em 4 de março de 2015, que apresentou, junto com dois outros autores (Union Asset Management Holding AG e Employees' Retirement System of the State of Hawaii), petição inicial consolidada em 27 de março de 2015, pretendendo representar investidores que:

- adquiriram valores mobiliários da Petrobras negociados na Bolsa de Nova Iorque ou por meio de outras transações ocorridas nos Estados Unidos da América entre 22 de janeiro de 2010 e 19 de março de 2015 (o "Período da Classe") e que sofreram perdas;
- adquiriram as *Notes* emitidas em 2012, de acordo com o registro da Petrobras para emissão de valores mobiliários no mercado americano atualizado em 2009, ou as *Notes* emitidas em 2013 ou as *Notes* emitidas em 2014, de acordo com o registro da Petrobras para emissão de valores mobiliários no mercado americano atualizado em 2012, dentro do Período da Classe e que sofreram perdas; e
- adquiriram valores mobiliários da Petrobras no Brasil durante o Período da Classe e que também adquiriram valores mobiliários da Petrobras negociados na Bolsa de Nova Iorque ou por meio de outras transações ocorridas nos Estados Unidos da América no mesmo período.

O autor líder da ação coletiva consolidada alega que a companhia, através de fatos relevantes, comunicados e outras informações arquivadas na SEC, teria reportado informações materialmente falsas e cometido omissões capazes de induzir os investidores a erro, principalmente com relação ao valor de seus ativos, despesas, lucro líquido e eficácia de seus controles internos sobre as demonstrações contábeis e as políticas anticorrupção da companhia, em função de denúncias de corrupção com relação a determinados contratos, o que teria supostamente elevado artificialmente o preço dos valores mobiliários da Petrobras.

Em 17 de abril de 2015, a Petrobras, sua controlada Petrobras Global Finance BV ("PGF") e os Bancos subscritores de ofertas públicas de títulos ("Bancos Subscritores") apresentaram *Motion to Dismiss*, uma defesa em que são apresentados argumentos jurídicos requerendo a extinção sumária do processo.

Em 9 de julho de 2015, o Juiz emitiu decisão sobre a *Motion to Dismiss*, acolhendo parcialmente os argumentos da companhia. O Juiz reconheceu, dentre outros pontos, que os pedidos relacionados à emissão de certos títulos de dívida realizada nos EUA em 2012 com base no Securities Act de 1933 estão prescritos e que os pedidos relativos aos valores mobiliários adquiridos no Brasil estão sujeitos à resolução por arbitragem, conforme previsto no Estatuto Social da Petrobras. O Juiz rejeitou os outros argumentos apresentados na *Motion to Dismiss* e, com base nesta decisão, a Ação Coletiva Consolidada continuou quanto aos demais pleitos.

Conforme autorizado pelo Juiz, foram apresentadas novas petições consolidadas em 16 de julho de 2015, 1º de setembro de 2015 e 30 de novembro de 2015. Essas duas últimas foram apresentadas pelo autor líder, Union, Hawaii e outro autor, North Carolina Department of State Treasurer, contendo os pleitos da Ação Coletiva Consolidada que não foram rejeitados ou que o Juiz autorizou fossem reformulados em sua decisão de 9 de julho de 2015. Essa petição consolidada também estende o período da classe até 28 de julho de 2015, além de incluir a Petrobras America Inc. ("PAI") como ré.

Em 1º de outubro de 2015 e em 7 de dezembro de 2015, a Petrobras, PGF, PAI e os Bancos Subscritores apresentaram *Motion to Dismiss* contra a terceira e a quarta petição consolidada, respectivamente.

Em 20 de dezembro de 2015, o Juiz emitiu decisão sobre essa *Motion to Dismiss* contra a terceira e a quarta petição consolidada, acolhendo parcialmente os argumentos da companhia. Dentre outras decisões, o Juiz rejeitou os pleitos dos autores da petição consolidada baseados na aquisição de títulos emitidos pela companhia quando não conseguiram provar que foram adquiridos em transações ocorridas nos EUA. O Juiz também rejeitou pleitos baseados na Securities Act de 1933 em relação a certas aquisições quando os autores não conseguiram demonstrar que se basearam nas informações divulgadas pela Petrobras. Já que outros argumentos da *Motion to Dismiss* foram rejeitados, a Ação Coletiva Consolidada continuou quanto aos demais pleitos.

Em 15 de outubro de 2015, os autores requereram a certificação de classe para a Ação Coletiva Consolidada e, em 6 de novembro de 2015, a Petrobras, PGF, PAI e os Bancos Subscritores impugnaram tal requerimento. Em 2 de fevereiro de 2016, o Juiz acolheu o pedido de certificação de classe, determinando que os representantes da classe de investidores cujos pleitos se baseiam no Securities Act serão os autores Employees' Retirement System of the State of Hawaii e North Carolina Department of State Treasurer e o representante da classe dos investidores cujos pleitos se baseiam no Exchange Act será o autor Universities Superannuation Scheme Limited. Em 15 de junho de 2016, a Corte Federal de Apelações (United States Court of Appeals for the Second Circuit) aceitou o pedido da Petrobras de recorrer da decisão que acolheu a certificação de classe. Como resultado da aceitação do recurso, Petrobras e as outras rés requereram ao Juiz que suspendesse a ação coletiva e as ações individuais (descritas abaixo) até que a Corte Federal de Apelações julgue o recurso. Embora, em 24 de junho de 2016, o Juiz tenha negado o pedido de suspensão, a solicitação dos réus foi acolhida, em 2 de agosto de 2016, pela Corte Federal de Apelações e o processo está atualmente suspenso até o julgamento do recurso. Em 2 de novembro de 2016, foram realizadas sustentações orais sobre o recurso perante a Corte Federal de Apelações.

Embora em 27 de junho de 2016, as partes tenham apresentado pedido de julgamento sumário, os procedimentos do mesmo estão suspensos, conforme decisão da Corte federal de Apelações (United States Court of Appeals for the Second Circuit).

Adicionalmente à Ação Coletiva Consolidada, até a presente data, trinta e três ações (seis delas suspensas) foram propostas por investidores individuais perante a mesma Corte Federal para o Distrito Sul de Nova Iorque nos Estados Unidos (Southern District of New York) com alegações similares àquelas apresentadas na ação coletiva. Em 21 de agosto de 2015, a Petrobras, a PGF e os Bancos subscritores de ofertas públicas de títulos da PGF apresentaram *Motion to Dismiss* contra algumas ações individuais e, em 15 de outubro de 2015, o Juiz acolheu parcialmente essa defesa. O Juiz reconheceu, dentre outros pontos, a prescrição de certos pleitos baseados no Exchange Act, no Securities Act, e em legislações estaduais. O Juiz rejeitou os outros argumentos apresentados na *Motion to Dismiss* e, essas ações seguiram. Além disso, uma ação semelhante foi apresentada por investidores individuais no Distrito Leste da Pensilvânia.

Na ação do Distrito Leste da Pensilvânia, a Petrobras e a PGF apresentaram *Motion to Dismiss* em 13 de maio de 2016 e, em 1º de novembro de 2016, o Juiz negou os pedidos. Em 26 de janeiro de 2017, o Juiz determinou um cronograma para a fase probatória (*discovery*) e as petições dispositivas, com a audiência de pré-julgamento marcada para 05 de janeiro de 2018.

Em 31 de outubro de 2015, o Juiz determinou que a Ação Coletiva Consolidada e as ações individuais de sua competência ajuizadas em Nova Iorque serão resolvidas em um único julgamento que deverá durar no máximo oito semanas. Em 5 de novembro de 2015, o Juiz determinou que a audiência de julgamento começaria no dia 19 de setembro de 2016, no entanto, o julgamento está suspenso em razão da decisão de 2 de agosto de 2016 da Corte Federal de Apelações.

Em 18 de novembro de 2015, o Juiz determinou que qualquer ação individual apresentada após 31 de dezembro de 2015 será suspensa para todos os efeitos até o encerramento do julgamento previsto.

Em 21 de outubro de 2016, o Conselho de Administração aprovou acordos para encerrar quatro ações individuais: Dodge & Cox Int'l Stock Fund, et al. v. Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, et al., No. 15-cv-10111 (JSR); Janus Overseas Fund, et al. v. Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, et al., No. 15-cv-10086 (JSR); PIMCO Funds: PIMCO Total Return Fund, et al. v. Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, et al., No. 15-cv-08192 (JSR); Al Shams Investments Ltd. v. Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, et al., No. 15-cv-6243 (JSR). Os termos dos acordos são confidenciais.

Em 23 de novembro de 2016, o Conselho de Administração aprovou acordos para encerrar outras onze ações individuais: Ohio Public Employees Retirement System v. Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, et al., No. 15-cv-03887 (JSR); Abbey Life Assurance Company Limited, et al. v. Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, et al., No. 15-cv-6661 (JSR); Aberdeen Emerging Markets Fund, et al. v. Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, et al., 15-cv- Civ. 3860 (JSR); Aberdeen Latin American Income Fund Limited, et al. v. Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, et al., 15-cv- Civ. 4043 (JSR); Delaware Enhanced Global Dividend and Income Fund, et al. v. Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, et al., 15 Civ. 404315-cv-6643 (JSR); Dimensional Emerging Markets Value Fund, et al. v. Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, et al., 15 -cv- 02165 (JSR); Manning & Napier Advisors, LLC, et al. v. Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, No. 15-cv-10159 (JSR); Russell Investment Company, et al. v. Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, No. 15-cv-07605 (JSR); Skagen AS, et al. v. Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, et al., No.15-cv-2214 (JSR); State of Alaska Department of Revenue, Treasury Division, et al. v. Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, No. 15-cv-8995 (JSR); State Street Cayman Trust Co., Ltd., v. Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, No. 15-cv-10158 (JSR).

Em 24 de fevereiro de 2017, o Conselho de Administração aprovou acordos para encerrar outras quatro ações individuais: New York City Employees Retirement System, et al. v. Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras et al., No. 15-cv-2192 (JSR), Transamerica Income Shares, Inc., et al v. Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, et al., No. 15-cv-3373 (JSR), Internationale Kapitalanlagegesellschaft mbH v. Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, et al., No. 15-cv-6618 (JSR) e Lord Abbett Investment Trust - Lord Abbett Short Duration Income Fund, et al v. Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, et al., No. 15-cv-7615 (JSR).

Para refletir os acordos celebrados, assim como as negociações em curso com outros autores, a companhia reconheceu no resultado do exercício de 2016 o montante de R\$ 1.215 (US\$ 372 milhões). Esses acordos, cujos termos são confidenciais, não constituem qualquer reconhecimento de responsabilidade por parte da Petrobras, que continuará se defendendo firmemente nas demais ações em andamento tendo como objetivo eliminar incertezas, ônus e custos associados à continuidade dessas disputas.

A Ação Coletiva Consolidada e as ações individuais ainda estão em tramitação. Essas ações envolvem questões bastante complexas, sujeitas a incertezas substanciais e que dependem de fatores como: ineditismo de teses jurídicas, o cronograma definido pela corte, o tempo das decisões judiciais, a obtenção de provas em poder de terceiros ou oponentes, a decisão da corte em questões chave, análises de peritos e a possibilidade de as partes, de boa-fé, negociarem um potencial acordo.

Além disso, as pretensões formuladas são amplas, abrangem vários anos e envolvem uma diversidade de atividades. As incertezas inerentes a todas estas questões afetam o montante e o tempo da decisão final destas ações. Como resultado, a companhia não é capaz de produzir uma estimativa confiável da potencial perda na Ação Coletiva Consolidada e nas ações individuais para as quais não foi reconhecida provisão.

A depender do desfecho do caso, a companhia poderá ter que pagar valores substanciais, os quais poderiam ter um efeito material adverso em sua condição financeira, nos seus resultados consolidados ou no seu fluxo de caixa consolidado em um determinado período.

A companhia contratou um escritório de advocacia norte-americano especializado para se defender em relação às alegações feitas nessas ações.

28.4.2. Ação coletiva movida por Fundação de investidores na Holanda

Em 24 de janeiro de 2017, Stichting Petrobras Compensation Foundation ("Fundação") ajuizou uma ação coletiva na Holanda, na Corte Distrital de Rotterdam, contra a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e suas subsidiárias, Petrobras International Braspetro B.V. (PIBBV) e, Petrobras Global Finance B.V. (PGF); o empreendimento controlado em conjunto, Petrobras Oil & Gas B.V. (PO&G), e alguns ex-gestores da Petrobras.

A Fundação alega que representa um grupo não identificado de investidores e requer declaração judicial de que os réus teriam causado danos aos investidores que adquiriram ações ou valores mobiliários emitidos por Petrobras e PGF fora dos EUA antes de 28 de julho de 2015, diante de alegados atos ilegais, afirmando que a suposta perda financeira desses investidores se relacionaria com fatos revelados pela Operação Lava-Jato e por supostas informações financeiras falsas divulgadas pela companhia.

Petrobras, PGF, PIB-BV e a PO&G apresentaram petição ao juízo no dia 3 de maio de 2017, comparecendo ao processo e indicando os seus advogados.

A demanda diz respeito a questões complexas e o resultado está sujeito a incertezas substanciais, que dependem de fatores como: a legitimidade da Fundação para representar os investidores, as leis aplicáveis ao caso, a produção de provas na posse de outros terceiros, análises periciais, cronograma a ser definido pela Corte e decisões judiciais sobre questões-chave do processo. Não é possível prever no momento se a empresa será responsável pelo pagamento efetivo de indenizações, eis que essa análise dependerá do resultado desses procedimentos, bem como se e quais investidores poderiam apresentar pedidos indenizatórios.

Além disso, as alegações feitas são amplas, abrangem vários anos e envolvem uma diversidade de atividades. Todos estes elementos fazem com que o possível impacto dos pedidos da Fundação sejam altamente incertos na atual fase do processo. Independentemente disso, a Petrobras acredita ter sido vítima do sistema de corrupção revelado pela Operação Lava-Jato, bem como busca demonstrar e provar essa condição também perante as autoridades holandesas.

Tendo em vista as incertezas presentes no momento, não é possível realizar qualquer avaliação segura a respeito de eventuais riscos relacionados a este litígio que, na sua primeira fase, possui natureza meramente declaratória.

Petrobras e suas subsidiárias negam as alegações apresentadas pela Fundação e irão se defender firmemente na ação em referência.

29. Garantias aos contratos de concessão para exploração de petróleo

A Petrobras concedeu garantias à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP no total de R\$ 7.805 para os Programas Exploratórios Mínimos previstos nos contratos de concessão das áreas de exploração, permanecendo em vigor R\$ 3.062 líquidos dos compromissos já cumpridos. Desse montante, R\$ 2.589 correspondem ao penhor do petróleo de campos previamente identificados e já em fase de produção e R\$ 473 referem-se a garantias bancárias.

30. Gerenciamento de riscos

A Petrobras está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, tais como o risco relacionado aos preços de petróleo e derivados, às taxas cambiais e de juros, risco de crédito e de liquidez. A gestão de riscos corporativos insere-se no compromisso da companhia de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos nos países onde atua. Para a gestão de riscos de mercado/financeiro são adotadas ações preferencialmente estruturais, criadas em decorrência de uma gestão adequada do capital e do endividamento da empresa. Na companhia, os riscos devem ser considerados em todas as decisões e a sua gestão deve ser realizada de maneira integrada, aproveitando os benefícios da diversificação.

As tabelas a seguir apresentam um resumo das posições de instrumentos financeiros derivativos mantidos pela companhia em 31 de março de 2017, reconhecidas como outros ativos e passivos circulantes, além dos valores reconhecidos no resultado, outros resultados abrangentes do exercício e garantias dadas como colaterais por natureza das operações:

	Posição patrimonial consolidada				Vencimento
	Valor nominal		Valor Justo		
	31.03.2017	31.12.2016	Posição Ativa (Passiva)	31.12.2016	
Derivativos não designados como Hedge					
Contratos Futuros ^(*)	(3.480)	(1.866)	30	(25)	
Compra/Petróleo e Derivados	73.458	88.303	-	-	2017
Venda/Petróleo e Derivados	(76.938)	(90.169)	-	-	2017
Contratos de Opções ^(*)	200	120	-	-	
Compra/Petróleo e Derivados	200	-	-	-	2017
Venda/Petróleo e Derivados	-	120	-	-	2017
Contratos a Termo			-	1	
Venda/Câmbio (BRL/USD) ^(**)	US\$ 44	US\$ 15	-	1	2017
SWAP			(6)		
Câmbio - <i>cross currency swap</i> ^(***)	GBP 700	-	(6)	-	2026
Derivativos designados como Hedge					
SWAP			(25)	(34)	
Juros - Libor/taxa fixa ^(**)	US\$ 358	US\$ 371	(25)	(34)	2019
Total reconhecido no Balanço Patrimonial			(1)	(58)	

^(*) Valor nominal em mil bbl

^(**) Valores em US\$ representam milhões de dólares e valores em GBP representam milhões de libras.

	Ganho/(Perda) reconhecido(a) no resultado do exercício (*)		Ganho/(Perda) reconhecido(a) no patrimônio líquido (**)		Garantias dadas como colaterais	
	Jan-Mar/2017	Jan-Mar/2016	Jan-Mar/2017	Jan-Mar/2016	31.03.2017	31.12.2016
	Derivativos de <i>commodities</i>	112	20	-	-	58
Derivativos de moeda	2	16	-	8	-	-
Derivativos de juros	(5)	(8)	2	(8)	-	-
Hedge de fluxo de caixa sobre exportações ^(***)	109	28	2	-	58	180
Total	(2.326)	(2.872)	7.896	24.913	58	180

^(*) Valores reconhecidos como resultado financeiro no período.

^(**) Valores reconhecidos como outros resultados abrangentes no exercício.

^(***) Utilizando instrumentos financeiros não derivativos, conforme nota explicativa 30.2.

A análise de sensibilidade do valor dos instrumentos financeiros derivativos com relação aos diferentes tipos de risco de mercado em 31 de março de 2017 é apresentada a seguir:

Operações	Risco	Consolidado		
		Cenário Provável ^(*)	Cenário Possível (Δ de 25%)	Cenário Remoto (Δ de 50%)
Derivativos não designados como Hedge				
Contratos Futuros	Petróleo e Derivados - Flutuação dos Preços	-	(234)	(467)
Contratos a Termo	Câmbio - Desvalorização do BRL frente ao USD	(1)	35	70
SWAP	Câmbio - Desvalorização da GBP frente ao USD	(75)	(1.058)	(2.109)
		(76)	(1.257)	(2.506)
Derivativos designados como Hedge				
SWAP		5	(5)	(9)
Dívida	Juros - Alta da taxa LIBOR	(5)	5	9
Efeito Líquido		-	-	-

^(*) Os cenários prováveis foram calculados considerando-se as seguintes variações para os riscos: Preços de Petróleo e Derivados: valor justo em 31/Mar/2017 / Real x Dólar - valorização do real em 0,6% / GBP x Dólar - desvalorização da libra em 1,9% / Curva Futura de LIBOR - aumento de 1,5% ao longo da curva. Fonte: Focus e Bloomberg.

30.1. Gerenciamento de risco de preços de petróleo e derivados

A Petrobras mantém, preferencialmente, a exposição ao ciclo de preços, evitando utilizar derivativos para proteger operações de compra ou venda de mercadorias cujo objetivo seja atender suas necessidades operacionais. As operações com derivativos existentes referem-se, usualmente, à proteção dos resultados esperados de transações comerciais de curto prazo.

30.2. Gerenciamento de risco cambial

No que se refere ao gerenciamento de riscos cambiais, a Política de Gestão de Riscos da Petrobras prevê que a companhia pratique, por princípio, uma gestão integrada de riscos cujo foco não está nos riscos individuais – das operações ou das unidades de negócio – mas na perspectiva mais ampla e consolidada da corporação, capturando possíveis benefícios oriundos da diversificação dos negócios.

Para gerir o risco de variação cambial, a companhia considera conjuntamente todos os fluxos de caixa de suas operações. Isso se aplica especialmente ao risco de variação da taxa de câmbio entre o real e o dólar norte-americano, para o qual, em situações que não sejam de curtíssimo prazo, a companhia avalia de forma integrada não apenas os seus fluxos de caixa futuros denominados em dólares norte-americanos, como também os fluxos de caixa denominados em reais, mas que sofrem influência da moeda norte-americana, tais como as vendas de diesel e gasolina no mercado interno.

Nesse sentido, a gestão de riscos financeiros envolve, preferencialmente, a adoção de ações estruturais, ou seja, utilizando proteções naturais, muitas vezes derivadas dos negócios da Petrobras.

A estratégia de gerenciamento de riscos cambiais pode envolver o uso de instrumentos financeiros derivativos para minimizar a exposição cambial de certas obrigações da companhia, especialmente quando da existência de compromissos em moedas para as quais a companhia não possua expectativa de fluxos de recebimentos, como ocorre no caso da libra esterlina, por exemplo.

No curto prazo, o tratamento do risco é realizado por meio da alocação das aplicações do caixa entre real, dólar ou outra moeda.

a) *Hedge* de fluxo de caixa envolvendo as exportações futuras da companhia

Considerando a relação de proteção natural descrita anteriormente, a companhia designa relações de *hedge* entre “exportações futuras altamente prováveis” (item protegido) e parcelas de certas obrigações em dólares norte-americanos (instrumentos de proteção), de forma que os efeitos cambiais de ambos sejam reconhecidos ao mesmo momento na demonstração de resultado.

Parcelas dos saldos de principal e juros de dívidas (instrumentos financeiros não derivativos), bem como contratos de câmbio a termo foram designados como instrumentos de proteção. Os derivativos vencidos no decorrer do período foram substituídos por saldos de principal e juros de dívidas nas relações de *hedge* para os quais haviam sido designados.

As relações de *hedge* individuais foram estabelecidas na proporção de um para um, ou seja, para uma parcela de “exportações futuras altamente prováveis” de cada mês foi designada uma relação de *hedge* individual, protegida por uma parcela do endividamento. A companhia considera como “exportações futuras altamente prováveis” apenas uma parte do total de suas exportações previstas.

Caso as exportações designadas em relação de *hedge* deixem de ser consideradas altamente prováveis, mas continuem previstas, a relação de *hedge* é revogada e a variação cambial acumulada até a data da revogação é mantida no patrimônio líquido, sendo reclassificado para o resultado no momento em que as exportações ocorrerem.

Também podem ocorrer situações em que as exportações designadas em relação de *hedge* deixem de ser previstas. Nesses casos, a variação cambial, referente às dívidas que excederam o total de exportações previstas, acumulada no patrimônio líquido até a data da revogação, é reclassificada imediatamente para o resultado.

Os valores dos instrumentos de proteção em 31 de março de 2017, além da expectativa de reclassificação para o resultado do saldo da variação cambial acumulada no patrimônio líquido em períodos futuros, tomando como base uma taxa R\$/US\$ de 3,1684, são apresentados a seguir:

Instrumento de <i>hedge</i>	Objeto de <i>hedge</i>	Tipo de risco protegido	Período de proteção	Valor dos instrumentos de proteção	
				Valor principal (US\$ milhões)	em 31 de março de 2017
Instrumentos financeiros não derivativos (dívidas e juros)	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Abril de 2017 a Março de 2027	62.648	198.495

Movimentação do valor de referência (principal e juros)	US\$ milhões	R\$
Designação em 31 de dezembro de 2016	61.763	201.293
Novas designações, revogações e redesignações	5.964	18.718
Realização por exportações	(979)	(3.087)
Amortização de endividamento	(4.100)	(12.970)
Variação Cambial	-	(5.459)
Valor em 31 de março de 2017	62.648	198.495

A relação entre dívidas designadas em relações de *hedge* e exportações futuras altamente prováveis segue a seguinte distribuição no tempo:

Valor protegido/Exportações futuras altamente prováveis (%)	Consolidado								
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024 a 2027	Média
	67	30	57	62	96	97	95	66	71

A seguir é apresentada a movimentação da variação cambial acumulada em outros resultados abrangentes em 31 de março de 2017, a ser realizada pelas exportações:

	Variação cambial	Efeito tributário	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2016	(88.320)	30.028	(58.292)
Reconhecido no patrimônio líquido	40.327	(13.711)	26.616
Transferido para resultado por realização	8.819	(2.998)	5.821
Transferido para resultado por exportações previstas que deixaram de ser esperadas/realizadas	1.116	(380)	736
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(38.058)	12.939	(25.119)
Reconhecido no patrimônio líquido	5.459	(1.856)	3.603
Transferido para resultado por realização	2.435	(828)	1.607
Saldo em 31 de março de 2017	(30.164)	10.255	(19.909)

Alterações das expectativas de realização de preços e volumes de exportação em futuras revisões dos planos de negócios podem vir a determinar necessidade de reclassificações adicionais de variação cambial acumulada no patrimônio líquido para resultado. Uma análise de sensibilidade com preço médio do petróleo Brent mais baixo em US\$ 10/barril que o considerado na última revisão do PNG 2017-2021, indicaria a necessidade de reclassificação de aproximadamente R\$ 2 do patrimônio líquido para o resultado.

A expectativa anual de realização do saldo de variação cambial acumulada no patrimônio líquido em 31 de março de 2017 é demonstrada a seguir:

									Consolidado
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024 a 2027	Total
Expectativa de realização	(8.109)	(9.791)	(2.382)	(6.007)	(2.931)	(1.288)	(1.276)	1.620	(30.164)

b) Contratos de swap – Libra esterlina x Dólar

Durante o primeiro trimestre de 2017, a Petrobras, por meio de sua controlada indireta Petrobras Global Trading B.V. (PGT), contratou operação de derivativo denominada *cross currency swap*, com o objetivo de se proteger da exposição em Libras esterlinas versus Dólar, devido à emissão de um *bond* em dezembro de 2011 nessa moeda, no valor nominal de GBP 700 milhões e com vencimento em dezembro de 2026. A companhia não tem intenção de liquidar tais contratos antes do prazo de vencimento.

c) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial

O cenário considerado provável e referenciado por fonte externa, além dos cenários possível e remoto que consideram valorização do câmbio (risco) em 25% e 50%, respectivamente, à exceção dos saldos de ativos e passivos em moeda estrangeira de controladas no exterior, quando realizados em moeda equivalente às suas respectivas moedas funcionais, estão descritos a seguir:

Instrumentos	Exposição em 31.03.2017	Risco	Consolidado		
			Cenário Provável (*)	Cenário Possível (Δ de 25%)	Cenário Remoto (Δ de 50%)
Ativos	13.854		(80)	3.464	6.927
Passivos	(208.286)	Dólar / Real	1.210	(52.072)	(104.143)
Hedge de fluxo de caixa sobre exportações	198.495		(1.153)	49.624	99.248
	4.063		(23)	1.016	2.032
Passivos	(598)	lene / Dólar	8	(150)	(299)
	(598)		8	(150)	(299)
Ativos	14	Euro / Real	-	4	7
Passivos	(145)		2	(36)	(73)
	(131)		2	(32)	(66)
Ativos	19.121	Euro / Dólar	(171)	4.780	9.561
Passivos	(37.695)		336	(9.424)	(18.848)
	(18.574)		165	(4.644)	(9.287)
Ativos	7	Libra / Real	-	2	4
Passivos	(64)		2	(16)	(32)
	(57)		2	(14)	(28)
Ativos	9.556	Libra / Dólar	(181)	2.389	4.778
Passivos	(14.418)	(**)	273	(3.605)	(7.209)
	(4.862)		92	(1.216)	(2.431)
Total	(20.159)		246	(5.040)	(10.079)

Os cenários prováveis foram calculados considerando-se as seguintes variações para os riscos: Real x Dólar - valorização do real em 0,6% / lene x Dólar - desvalorização do lene em 1,4% / Euro x Dólar - desvalorização do euro em 0,9% / Libra x Dólar - desvalorização da libra em 1,9% / Real x Euro - valorização do real em 1,5% / Real x Libra - valorização do real em 2,5%. Fonte: Focus e Bloomberg.

(**) Não inclui operação de derivativo denominada *cross currency swap* no valor nominal de GBP 700 milhões.

30.3. Gerenciamento de risco de taxa de juros

A Petrobras, preferencialmente, não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar a exposição às flutuações das taxas de juros, em função de não acarretarem impacto relevante, exceto em função de situações específicas apresentadas por controladas da Petrobras.

30.4. Risco de crédito

A política de gestão de risco de crédito visa minimizar a possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas e de valores aplicados, depositados ou garantidos por instituições financeiras e de contrapartes, mediante análise, concessão e gerenciamento dos créditos, utilizando parâmetros quantitativos e qualitativos adequados a cada um dos segmentos de mercado de atuação.

A carteira de crédito comercial é bastante diversificada entre clientes do mercado interno do país e de mercados do exterior. O crédito concedido a instituições financeiras é utilizado na aceitação de garantias, na aplicação de excedentes de caixa e na definição de contrapartes em operações de derivativos, sendo distribuído entre os principais bancos internacionais classificados como "grau de investimento" pelas principais classificadoras internacionais de riscos e os bancos brasileiros com classificação mínima de risco A2/F2.

30.5. Risco de Liquidez

O risco de liquidez é representado pela possibilidade de insuficiência de caixa ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas e é gerenciado pela companhia através de ações como: centralização do caixa do sistema, otimização das disponibilidades e redução da necessidade de capital de giro; manutenção de um caixa robusto que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto prazo, mesmo em condições adversas de mercado; bem como através do alongamento do prazo médio de vencimento das dívidas, da ampliação das fontes de financiamento, explorando a capacidade dos mercados doméstico e internacional, desenvolvendo uma forte presença no mercado de capitais e buscando novas fontes de financiamento (novos produtos de captação de recursos e em novos mercados), além da utilização de recursos oriundos do programa de desinvestimento.

O fluxo nominal (não descontado) de principal e juros dos financiamentos, por vencimento, é apresentado a seguir:

Vencimento	Consolidado							
	2017	2018	2019	2020	2021	2022 em diante	31.03.2017	31.12.2016
Principal	19.344	36.308	57.724	44.471	60.190	147.973	366.010	390.227
Juros	17.452	20.755	18.457	14.829	11.025	101.203	183.721	190.352
Total	36.796	57.063	76.181	59.300	71.215	249.176	549.731	580.579

31. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente está demonstrada a seguir:

- Nível I: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- Nível II: são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- Nível III: são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

	Valor justo medido com base em			Total do valor justo contabilizado
	Nível I	Nível II	Nível III	
Ativos				
Títulos e valores mobiliários	3.325	-	-	3.325
Derivativos de commodities	30	-	-	30
Saldo em 31 de março de 2017	3.355	-	-	3.355
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.557	1	-	2.558
Passivos				
Derivativos de Moeda Estrangeira	-	(6)	-	(6)
Derivativos de Juros	-	(25)	-	(25)
Saldo em 31 de março de 2017	-	(31)	-	(31)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(25)	(34)	-	(59)

Não há transferências relevantes entre os níveis.

O valor justo estimado para os financiamentos de longo prazo da companhia, calculado a taxas de mercado vigentes, é apresentado na nota explicativa 15.1.

Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, a dívida de curto prazo e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis.

32. Eventos subsequentes

32.1. Melhora na classificação de risco da Petrobras

Em 10 de abril de 2017, a agência de *rating* Moody's anunciou a elevação do *rating* da dívida corporativa da companhia de B2 para B1 e mudou a perspectiva de estável para positiva.

A Moody's destacou a melhoria contínua do perfil de liquidez e das métricas financeiras da Petrobras nos últimos trimestres, devido à maior eficiência de custos e à nova política de preços de combustíveis, entre outros fatores. Esses fatores também ajudaram a empresa a manter o acesso aos mercados de capitais e refinar parte de sua dívida.

33. Correlação entre as notas explicativas de 31 de dezembro de 2016 e 31 de março de 2017

Títulos das notas explicativas	Números das notas explicativas	
	Anual de 2016	ITR do 1T-2017
A companhia e suas operações	1	1
Base de apresentação das informações contábeis intermediárias	2	2
"Operação Lava Jato" e seus reflexos na companhia	3	3
Base de consolidação	(*)	4
Principais práticas contábeis	4	5
Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	7	6
Contas a receber	8	7
Estoques	9	8
Vendas de ativos e outras reestruturações societárias	10	9
Investimentos	11	10
Imobilizado	12	11
Intangível	13	12
Atividades de exploração e avaliação de reserva de petróleo e gás	15	13
Fornecedores	16	14
Financiamentos	17	15
Arrendamentos mercantis	18	16
Partes relacionadas	19	17
Provisão para desmantelamento de áreas	20	18
Tributos	21	19
Benefícios concedidos a empregados	22	20
Patrimônio Líquido	23	21
Receita de vendas	24	22
Outras despesas líquidas	25	23
Custos e despesas por natureza	26	24
Resultado Financeiro líquido	27	25
Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa	28	26
Informações por segmento	29	27
Processos judiciais e contingências	30	28
Garantias aos contratos de concessão para exploração de petróleo	32	29
Gerenciamento de riscos	33	30
Valor justo dos ativos e passivos financeiros	34	31
Eventos subsequentes	35	32

(*) Sumário das principais práticas contábeis

As notas explicativas do relatório anual de 2016 que foram suprimidas no ITR de 31 de março de 2017 pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações intermediárias são as seguintes:

Títulos das notas explicativas	Números das notas explicativas
Estimativas e julgamentos relevantes	5
Novas normas e interpretações	6
Contas petróleo e álcool	19.8
Programas de Anistias Estaduais	21.3
Contingências ativas	30.5
Compromisso de compra de gás natural	31
Gestão de capital	33.4
Seguros	33.7



KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º andar
20031-000 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 3515-9400, Fax +55 (21) 3515-9000
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais- ITR

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e a IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo *IASB*, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase - Efeitos da Operação Lava Jato nas operações da Companhia

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 3 às informações contábeis intermediárias, que descreve que: i) não foi identificada, até o momento, qualquer informação adicional que impactasse de forma relevante a metodologia de cálculo adotada para constituição da baixa com pagamentos indevidos registrada em 30 de setembro de 2014; e ii) investigações internas conduzidas por escritórios de advocacia independentes, sob a direção de um Comitê Especial constituído pela Companhia, e investigação conduzida pela *Securities and Exchange Commission - SEC* continuam em andamento, sendo que até o presente momento nenhum impacto adicional aquele divulgado nas demonstrações contábeis intermediárias foi identificado.

Chamamos também a atenção para a Nota Explicativa nº 28.4 às informações contábeis intermediárias, que descreve a proposição de ações judiciais coletivas contra a Companhia, para as quais não é possível realizar estimativas confiáveis de perda. Nosso relatório não está modificado em função desses assuntos.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior e revisão dos valores correspondentes ao primeiro trimestre do exercício anterior

Os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais, individuais e consolidados, em 31 de dezembro de 2016 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 21 de março de 2017, sem modificação, e às demonstrações intermediárias, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo em 31 de março de 2016 foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 12 de maio de 2016, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 11 de maio de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Gavioli
Accountant CRC 1SP201409/O-1